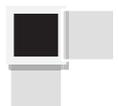


# **SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA**





# SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

## APRESENTAÇÃO

Olá, prezad@ alun@!

Neste módulo estudaremos duas disciplinas: Semântica e Pragmática. Sempre que iniciamos uma disciplina, nós, como alunos, desejamos logo alguma definição precisa. Trata-se de um desejo natural, pois é a partir dessa definição que nos situamos em nossa caminhada pela disciplina. A definição chega a ser um roteiro de viagem, chega a ser até mesmo as “lentes” por meio das quais observaremos um determinado conjunto de fatos. Toda definição, vale lembrar, é limitante, mas alguns limites são necessários e, no nosso caso, didaticamente desejáveis.

Uma definição possível para Semântica é “o estudo do significado”. Não só possível como também muito corrente. Não obstante, essa definição é um modo vago de apresentar a disciplina, pois a pragmática também é o estudo do significado.

A semântica é uma disciplina que perpassa várias outras e, para alguns linguistas, a exemplo dos cognitivistas, chega até mesmo a ser o núcleo da gramática, ainda que a separação dos componentes de uma gramática em disciplinas seja uma questão antes de tudo didática, pois na prática linguística cotidiana não conseguimos separar tais componentes facilmente. Isentando-nos de maiores discussões, assumamos que a disciplina **semântica** é o estudo do significado linguístico.

A pragmática, ao seu turno, comumente não é vista como uma componente da gramática. Geralmente é assumida como o uso linguístico que nos dá a habilidade de interpretar e produzir



significados em situações de interação (real ou virtual). Conseqüentemente, a disciplina **pragmática** é o estudo do significado construído pelo uso linguístico.

No momento, basta-nos essas duas definições para seguirmos em frente. Durante o estudo das unidades, você verá um pouco do que cada uma dessas disciplinas tratam. E, à medida que formos avançando nos estudos, as definições de tais disciplinas se mostrarão claras.

Em alguns momentos, você certamente vai dizer a si mesm@ que semântica e pragmática são duas “viagens”. Não vou tentar convencer você de que não são. Pode até ser que sejam, mas, se forem, são viagens que precisam ser orientadas por boas bases teóricas, para que possamos chegar a resultados significativos e interessantes.

Para que possamos então, com a unidade I, iniciar nossos estudos, quero registrar meus agradecimentos a algumas pessoas que contribuíram de formas diversas e significativas na elaboração deste módulo:

- A Nilton Barbosa de Souza Filho, Luciana Walesca de Souza Moura e Mônica da Silva Lima, nossos assessores, pelos julgamentos de gramaticalidade de nativos a respeito dos exemplos usados em Libras e por se disporem a serem fotografados para tais exemplos;

- A Alexandre Baracuhy Grisi Barbosa por fotografar e editar os exemplos em Libras;

- A Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro, nossa tutora de Libras, pela pronta ajuda e organização nas fotografias e nas gravações.

- À Profª Nayara de Almeida Adriano pelos julgamentos de gramaticalidade e pelo valioso e incansável trabalho de gravação do material.

Cordiais saudações,

MAGDIEL MEDEIROS ARAGÃO NETO

# UNIDADE I

## SIGNIFICADO

Na introdução deste módulo, apresentei a semântica<sup>30</sup> como o estudo do significado linguístico e a pragmática como o estudo do significado construído pelo uso linguístico. Mas o que é o significado? O que podemos entender por *significado*? Ao colocar essas duas questões em cena, estamos pressupondo que existe algo que seja “o significado”. As respostas possíveis, como você verá ao longo deste capítulo, dependem de quais lentes usarmos, ou seja, de a qual perspectiva nos filiarmos.

Na filosofia antiga, como mostra Platão, os gregos já se questionavam sobre o que é o significado. Essa questão girava em torno de outra: existe uma relação natural entre as palavras e as coisas ou essa relação é convencional?

Os naturalistas acreditavam que existia uma relação entre as palavras e as coisas. Assim, assumia-se, por exemplo, que existia uma relação natural entre a palavra *casa* e o objeto que utilizamos como moradia, i.e., uma relação natural entre *casa* e um objeto do mundo.

Os não naturalistas, chamados de convencionalistas, negavam a existência de tal relação e o argumento apresentado era e é muito convincente: se houvesse uma relação natural entre *casa* e (alg)uma casa do mundo, então não poderiam existir *house, domus, maison, うち* etc. para nomear o mesmo objeto, pois a relação ocorreria necessariamente entre uma única palavra e um único objeto, ou seja, de um para um. Assim sendo, uma vez que o objeto estivesse relacionado a uma palavra, ele não poderia relacionar-se a mais nenhuma outra. Além do mais, que relação poderíamos perceber entre uma casa e qualquer uma das palavras que significam “casa”? Por mais que queiramos, de fato é difícil imaginar essa relação.

Alguns estudiosos, a exemplo do filólogo alemão Walter Porzic, tentaram sustentar uma possível relação natural entre as palavras e as coisas tomando como base as onomatopéias, que são palavras ditas serem fiéis aos sons que representam: *tic-tac* para o som de alguns relógios de parede, *au-au* para o latido, *oinc oinc* para o grunhido, e por aí vai. Esse, no entanto, acredita-se

---

<sup>30</sup> Para conhecer um pouco da história da semântica, consulte: TAMBA-MECZ, Irène. **A semântica**. São Paulo: Parábola, 2006.



não ser um argumento muito forte, pois, ainda que os sons sejam os mesmos no mundo inteiro, as onomatopéias não são as mesmas em todas as línguas: em inglês tem-se *tick tock* para o som de alguns relógios de parede, *bow wow* para o latido, *oink oink* para o grunhido; e em francês respectivamente *tic tac*, *auf auf* e *groin groin*. Como se pode ver, há semelhanças e diferenças entre onomatopéias de mesmos sons em línguas diferentes. Assim, mesmo se percebendo certa relação natural, ou seja, motivação entre as onomatopéias e os sons que elas representam, não podemos falar em motivação total.

Oposta à relação natural, a convencionalidade não ocorre de forma manifesta, pois não há uma ocasião em que os falantes de uma língua reúnem-se para convencionar a quais objetos as palavras devem “se prender”. Trata-se então de uma convencionalidade não explícita, i.e., de uma relação arbitrária, como assumira o linguista suíço Ferdinand de Saussure. Não obstante, como também demonstra Saussure, há signos cuja motivação não podemos negar, ainda que eles tomem como base signos não motivados: *dezesseis* é um bom exemplo de signo não arbitrário, pois é motivado de *dez*, *e* e *seis*, ainda que estes três signos não sejam eles próprios motivados. As onomatopéias, como vimos, também são bastante motivadas, embora não plenamente.

O resultado de toda a discussão acerca da naturalidade ou não da relação entre as palavras e os objetos é que hoje em dia os linguistas assumem tranquilamente que nas línguas naturais não há uma relação natural entre as palavras e os objetos. Essa conclusão nos leva a assumir que o signo linguístico é arbitrário, ou, mais especificamente, que a relação entre significante e significado é arbitrária.

Pensemos agora nas línguas de sinais. Elas indubitavelmente são línguas naturais, mas, como mostram Trevor Johnston e Adam Schembri (2007), elas apresentam muita iconicidade, o que nos leva a repensar a questão da arbitrariedade do signo. Lembremos que o contexto saussureano era outro, e uma língua tal como Libras seria, naquele contexto, considerada apenas uma linguagem.

Ao se reconhecer o estatuto de língua natural para as línguas de sinais, é preciso também reconhecer que há línguas que são mais motivadas que outras, ou seja, menos arbitrárias que outras, ainda que essa motivação não tenha permanecido muito transparente e ainda que tais línguas não sejam totalmente motivadas. Parcimônia é necessário e não devemos ser extremistas nem para as línguas oralizadas nem para as línguas sinalizadas.

Reconhecemos que entre a palavra *espelho* e objeto espelho não há uma relação natural, mas temos que reconhecer uma relação “natural” entre o sinal espelho em Libras<sup>31</sup> e o objeto espelho, essa relação inclusive se mantém presente em outras línguas de sinais, como ASL<sup>32</sup> e Auslan<sup>33</sup>. O mesmo se pode dizer do signo para casa<sup>34</sup> em Libras, mas ele é parcialmente distinto dos seus equivalentes em ASL<sup>35</sup> e Auslan<sup>36</sup> que, além de serem o mesmo signo, também apresentam uma relação “natural” como o objeto casa.

Por outro lado, não é porque há uma relação “natural” entre o signo para casa e o objeto casa que podemos assumir que em Libras e nas outras línguas de sinais a relação entre os sinais e os objetos dá-se sempre de forma natural. Lembremos do signo para amarelo em Libras<sup>37</sup> e tentemos estabelecer alguma relação natural, alguma motivação, para esse sinal e o objeto que ele nomeia: a tentativa será vã. Se algum dia houve uma motivação, ela hoje já não é mais transparente. Se compararmos o signo para amarelo em Libras com as respectivas versões em ASL<sup>38</sup> e Auslan<sup>39</sup>, veremos que os três sinais são diferentes e talvez o único que ainda apresente alguma aparente motivação seja o sinal em Auslan, que para alguns talvez lembre um sol. Neste ponto você pode argumentar que a não motivação do sinal para amarelo nas línguas citadas é decorrente do fato de não haver no mundo uma forma específica para a cor amarela. Esse de fato é um argumento consistente, mas cuidado para não cair no oposto e deduzir que todos os signos que denotam entidades concretas têm motivação transparente. Se essa dedução fosse adequada os signos para sapato e para lápis não teriam realizações diferentes nas três línguas em questão.

Os dados mostram então que até mesmo para línguas de sinais, que apresentam maior iconicidade e, por conseguinte, maior motivação e menos arbitrariedade, é inadequado assumir que o significado de uma palavra é o objeto que ela nomeia. Assim sendo, voltamos então à questão inicial: “O que é o significado?”.

---

<sup>31</sup> Disponível em < <http://www.acessobrasil.org.br/libras/> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>32</sup> Disponível em < <http://www.signingsavvy.com/sign/MIRROR> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>33</sup> Disponível em < <http://www.auslan.org.au/dictionary/words/mirror-1.html> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>34</sup> Disponível em < <http://www.acessobrasil.org.br/libras/> >. Acesso: 09 dez. 2011.

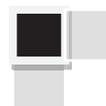
<sup>35</sup> Disponível em < <http://www.signingsavvy.com/sign/HOUSE> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>36</sup> Disponível em < <http://www.auslan.org.au/dictionary/gloss/house1a.html?lastmatch=out-1> >.

<sup>37</sup> Disponível em < <http://www.acessobrasil.org.br/libras/> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>38</sup> Disponível em < <http://www.signingsavvy.com/sign/yellow> >. Acesso: 09 dez. 2011.

<sup>39</sup> Disponível em < <http://www.auslan.org.au/dictionary/words/yellow-1.html> >. Acesso: 09 dez. 2011.



Uma boa resposta, aceita por diversos linguistas, é apresentada pelo filósofo e matemático alemão Gottlob Frege (1978 [1892]). Frege diz que o significado é uma entidade composta de três partes: o sentido, a referência e a representação. Como a representação é uma parte do significado muito pessoal, que diz respeito a como o indivíduo concebe as coisas do mundo, Frege assume que ela interessa à psicologia e não aos estudos da linguagem. Assim sendo, o significado linguístico resta constituído de duas partes: o sentido e a referência.

No caso de palavras/sinais, a referência diz respeito a cada um dos objetos a que nos referimos: a referência de *livro*, por exemplo, é qualquer um dos objetos que caibam no conjunto dos livros, ou seja, é um objeto do tipo livro. Assim sendo, a referência estabelece-se numa relação entre língua e mundo, mais precisamente na relação entre uma palavra/sinal e um objeto do mundo.

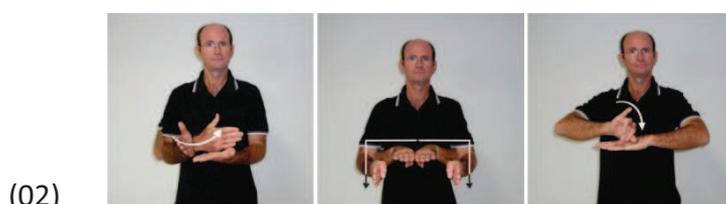
O sentido, ao seu turno, é uma forma linguística de apresentarmos um referente, ou seja, é uma forma de apresentarmos um objeto. Por ser uma forma linguística, o sentido é necessariamente comum a uma comunidade linguística, pois ele não pertence exclusivamente ao indivíduo. Podemos, por exemplo, apresentar o objeto/referente casa como “construção destinada a moradia” ou como “lugar onde residem pessoas”. Essas duas formas de apresentação do objeto casa são sentidos da palavra *casa*. Mas podemos também apresentar o mesmo objeto como “prédio”, “lar” e “residência” essas outras três formas de apresentação também são outros sentidos de *casa*. O sentido, como você pode perceber, é comum a uma comunidade linguística porque essa comunidade o assume como pertinente e não tem dificuldade para entendê-lo.

As noções de significado, referência e sentido podem ser resumidas pela fórmula em (01) e visualizadas no quadro abaixo.

(01) SIGNIFICADO = SENTIDO + REFERÊNCIA

SIGNO	SIGNIFICADO	
	SENTIDO	REFERÊNCIA
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- construção destinada a moradia;</li> <li>- lugar onde residem pessoas;</li> <li>- prédio;</li> <li>- lar;</li> <li>- residência;</li> <li>- ...</li> </ul>	

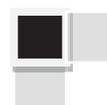
Frege, matemático e lógico que era, restringia seus estudos da língua ao âmbito da filosofia e não tinha muito interesse por questões das línguas naturais. Ele estava mais interessado em uma máquina de linguagem isenta de ambiguidades. No âmbito da linguística, o trabalho de Frege influencia o trabalho do britânico John Lyons (1968), que sistematiza outra noção de significado ao afirmar que o significado semântico é composto de sentido e denotação. O linguista mostra que o sentido de que Frege tratava interessa à semântica, mas a referência interessa à pragmática porque diz respeito a entidades específicas que só (re)conhecemos por meio do contexto de enunciação. Considerando (02) um enunciado a expressão *o livro* refere-se a um único livro do mundo: ao livro específico que é citado no contexto de uso.



O livro está sobre a mesa.

Para complementar a noção de sentido e completar a de significado, Lyons (1968) assume a noção de denotação presente no trabalho de Platão. A **denotação** de uma palavra é o conjunto de todos os elementos aos quais a palavra pode fazer referência. Assim sendo, o termo *livro* não denota um livro específico, mas sim qualquer livro do mundo, i.e., qualquer um dos objetos que caiba no conjunto dos livros. Considerando (02) uma sentença, a expressão *o livro* não denota um objeto específico, mas qualquer objeto do conjunto dos livros. A noção de denotação é interessante porque nos permite falar de livros em geral e não apenas de livros específicos.

Após a reformulação de Lyons (1968), a noção de significado passa a ser definida pela equação em (03) e pode ser visualizada no quadro a seguir.



### (03) SIGNIFICADO = SENTIDO + DENOTAÇÃO

SIGNO	SIGNIFICADO	
	SENTIDO	DENOTAÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"><li>- construção destinada a moradia;</li><li>- lugar onde residem pessoas;</li><li>- prédio;</li><li>- lar;</li><li>- residência;</li><li>- ...</li></ul>	 e mais qualquer uma das outras casas do mundo.

Tanto a abordagem de Frege (1978 [1892]) quanto a de Lyons (1968) se enquadram no escopo da semântica formal. Essa semântica também se interessa por outra unidade de análise diferente da palavra/sinal: a sentença. **Sentença** é uma unidade abstrata situada fora de contextos de uso, ou seja, é uma unidade que não foi usada em situação efetiva de comunicação. As sequências em (04) e (05) são exemplos de sentenças. Ao analisá-las, a semântica não observa em quais contextos elas podem ser efetivamente usadas.



João beijou Maria.

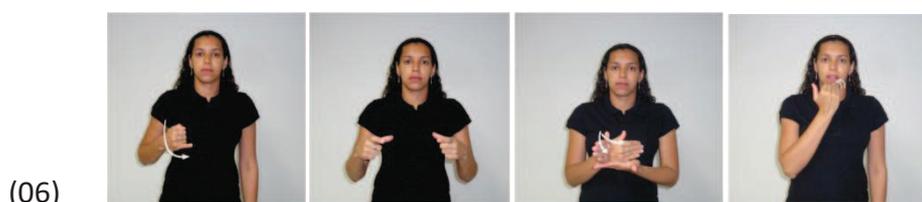


Que horas são?

No nível da sentença, a semântica formal é também chamada de semântica verifuncional. Tal semântica assume que o significado das sentenças, assim como o das palavras, é composto de sentido e denotação. No entanto, como avalia a denotação das sentenças em termos de condições de verdade, estabelece que a denotação de uma sentença não é uma coisa ou evento do mundo,

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.google.com.br/search?q=foto+de+casas&hl=pt-BR&client=firefox-a&hs=6jC&rls=org.mozilla:pt-BR:official&prmd=imvns&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=C3fyTpeEE4TDgQeL5OGIAG&ved=0CDgQsAQ&biw=1276&bih=670>>. Acesso em: 09 dez. 2011.

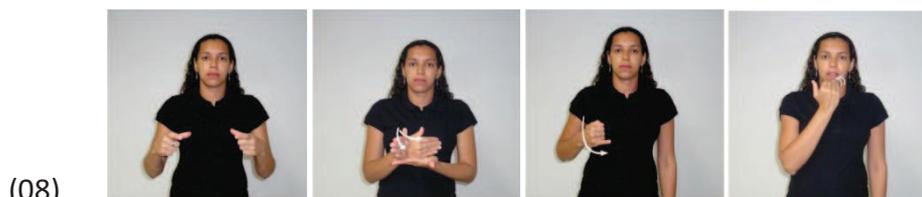
mas sim as suas condições de verdade. Arelada à sentença há também a noção de **proposição**, que é um específico estado de coisas do mundo. Proposição, como lembra Yan Huang (2007), é uma noção mais abstrata que a sentença, porém, é por meio de sentenças que a proposição se manifesta. Se houver, por exemplo, um estado de coisas específico em que um indivíduo chamado João comeu um determinado bolo, esse estado de coisas só consegue se manifestar linguisticamente por meio de alguma proposição. Isso, no entanto, não significa que é por meio de uma única sentença que uma proposição se apresenta, o estado de coisas mencionado acima pode, por exemplo, ser expresso por pelo menos as três sentenças diferentes: (06), (07) e (08) abaixo.



João comeu o bolo.

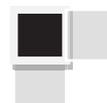


O bolo foi comido por João.

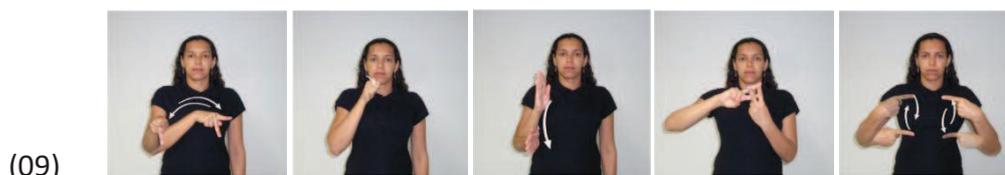


O bolo, João comeu.

Observemos ainda que toda proposição precisa necessariamente receber um valor de verdade, seja verdadeiro seja falso. Por exemplo: a proposição expressa por (06), (07) e (08) será verdadeira se for enunciada em uma situação na qual João realmente tenha comido o bolo. Já a proposição, ou estado de “existir uma presidenta do Brasil e ela ter sido presa política”, em (09) abaixo, é verdadeira se (09) for enunciada hoje, mas se (09) houvesse sido enunciada em 2009 a



proposição seria falsa porque não havia alguém que servisse de referência para *a presidenta do Brasil*.



A presidenta do Brasil foi presa política.

A noção de proposição é muito importante, por exemplo, para o trabalho como intérprete. Ao interpretar sentenças de uma língua para outra, o intérprete deverá transportar uma proposição da língua fonte para a língua alvo. Se a proposição não se mantiver entre as duas línguas, o profissional não terá feito um bom trabalho porque terá adulterado o conteúdo traduzido.

Se as proposições têm valor de verdade, o mesmo não vale para as sentenças, estas têm condições de verdade. As **condições de verdade** de uma sentença “[...] são as condições que o mundo precisa apresentar para que a sentença seja verdadeira.”<sup>41</sup> (HUANG, 2007, p. 15). Assim, as condições para a sentença (09) acima ser verdadeira são: 1) que exista um Brasil; 2) que exista alguém que seja a presidenta do Brasil; e 3) que essa mesma pessoa tenha sido presa política. Se tais condições forem satisfeitas, a sentença será verdadeira. Uma sentença será verdadeira apenas se todas as suas condições forem satisfeitas em algum mundo possível. Se, porém, pelo menos uma das condições para a sentença ser verdadeira não for satisfeita em algum mundo possível, a sentença será falsa.

Há uma fórmula “fixa” para se começar a estabelecer as condições de verdade de uma sentença: “A sentença X é verdadeira se e somente se...(condições)”. Observe na prática como isso é feito para a sentença (09) acima: a sentença ‘A presidenta do Brasil foi presa política’ é verdadeira se e somente se em determinado momento simultâneo ao da minha enunciação/fala: 1) existe uma entidade tal que essa entidade seja o Brasil; 2) existe um indivíduo tal que esse indivíduo seja a presidenta do Brasil e tenha sido preso político. Se considerarmos que todas essas condições são satisfeitas, diremos que a sentença é verdadeira. Se, por outro lado, considerarmos que pelo menos uma das condições não é satisfeita, diremos que a sentença é falsa.

---

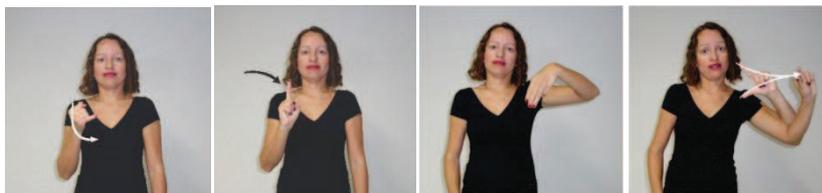
<sup>41</sup> “[...] are the conditions that the world must meet for the sentence to be true.” (HUANG, 2007, p.15).

Há, porém, uma observação muito importante que não devemos esquecer: ao estabelecermos as condições de verdade de uma sentença, estamos apenas avaliando as condições nas quais a sentença pode ser considerada verdadeira, não estamos verificando no mundo se a sentença é de fato verdadeira. Isso implica podermos considerar uma sentença verdadeira ou falsa sem precisarmos checar no mundo se ela é verdadeira ou não. Isso é possível porque, como sentenças são unidades que não fazem parte do uso efetivo da língua, podemos apenas prever sob quais circunstâncias elas podem ser verdadeiras ou falsas. Já as proposições, quando enunciadas, devem receber um valor de verdade, pois uma vez enunciadas elas fazem parte do uso efetivo da língua e sua verdade pode ser checada no mundo.

A abordagem formal, também chamada denotacional, referencial ou extensional, consegue dar conta de uma série de questões, mas, segundo alguns linguistas, ela deixa a desejar quando nos lembramos que há expressões que são não referenciais como *de*, *talvez*, *no entanto* e *muito*. Sem dificuldade alguma podemos observar que “Essas palavras certamente contribuem no significado das sentenças nas quais elas ocorrem e assim ajudam as sentenças a denotarem, mas elas próprias não identificam entidades no mundo.”<sup>42</sup> (SAAED, 2009, p. 26). Outro caso de palavras não referenciais são as que nomeiam entidades que não existem neste mundo biofísico em que vivemos, como *unicórnio*, *Saci Pererê* e *Wolverine*.

Também na semântica formal, como lembra Pires de Oliveira (2001), a interpretação de conectivos pode ser simplificada em excesso. Este é o caso de *e* e *mas* que, mesmo tendo sentidos distintos, recebem a mesma interpretação em semântica formal, o que implica em ter-se que considerar as sentenças (10) e (11) sinônimas, quando claramente percebemos que não são.

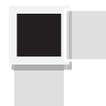
(10)



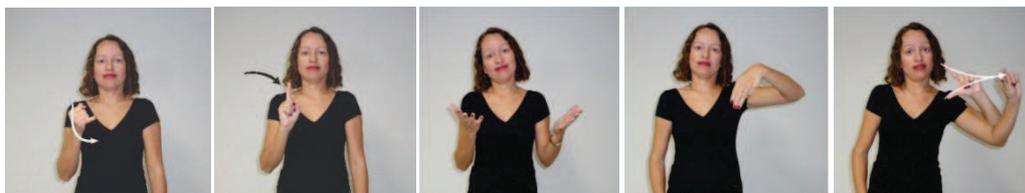
João chegou e Maria saiu.

---

<sup>42</sup> “[...] This words do of course contribute meaning to the sentences they occur in and thus help sentences denote, but they do not themselves identify entities in the world.” (SAAED, 2009, p. 26).



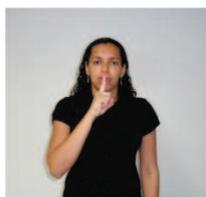
(11)



João chegou mas Maria saiu.

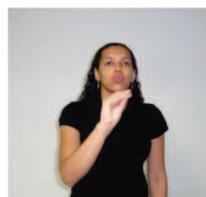
Segundo Oswald Ducrot (1987) o significado, ou mais precisamente a significação, é o valor semântico da frase e o sentido é o valor semântico do enunciado. A **frase**, assim como a sentença, é uma entidade abstrata que, por não pertencer ao contexto de comunicação, serve de objeto apenas para a análise linguística. Frase e sentença<sup>43</sup>, porém, não são noções que se recobrem: sentença diz respeito a uma sequência sintática bem-formada que comporta necessariamente um núcleo verbal que a estrutura, a exemplo de (10) e (11) acima, a frase, ao seu turno, pode ter essa mesma estrutura, mas pode também se apresentar sem um núcleo verbal, como (12) e (13) abaixo. Assim sendo, a noção de frase comporta a de sentença, mas o contrário não é verdadeiro.

(12)



Silêncio!

(13)



Beijo!

Segundo a semântica argumentativa, as pessoas não se comunicam por meio de frases, mas sim de enunciados. Os enunciados são as manifestações concretas de frases, são entidades linguísticas pertencentes à situação real ou virtual de comunicação. Em (10)–(13) temos apenas quatro frases, se, porém, essas frases forem usadas em uma situação de comunicação, elas, por meio da enunciação, serão transformadas em enunciados.

A enunciação é, então, o processo pelo qual uma sentença se transforma em um enunciado numa determinada situação de uso. Podemos imaginar, seguindo a figura abaixo, que a enunciação é uma máquina na qual entra uma frase, e, depois de um processo interno a tal “máquina”, essa frase se transforma em enunciado e em seguida sai da máquina para o uso.

<sup>43</sup> Ducrot não trabalha com a noção de sentenças, apenas de frase. Faço a comparação para vermos que há pontos em comum entre as duas teorias.



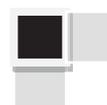
Na semântica formal, quando analisamos sentenças e até mesmo textos, geralmente não nos preocupamos em observar como tais sentenças e textos poderiam de fato ser usados. A semântica argumentativa, ao contrário, interessa-se pelo uso linguístico, mas sempre busca ter como base e finalidade estratégias linguísticas e discursivas, e não elementos do mundo em si. Disso decorre que, para a semântica argumentativa, se a frase não é uma entidade linguística em uso, seu valor semântico, seu significado, é bastante estável. Assim sendo, por estar fora de contexto, a frase em (14) vai sempre significar a mesma coisa: “No presente momento, o relógio marca 10 horas.”.



São 10 horas.

Como para a semântica argumentativa a língua não é essencialmente descritiva, mas essencialmente argumentativa, a crença que permeia toda a teoria é que a língua é um instrumento do qual nos valem para realizar os constantes jogos de persuasão e convencimento. Esses jogos não visam a convencer o outro de alguma verdade do mundo, visam antes a fazer o outro aceitar ou rejeitar os pontos de vista que colocamos em cena por meio dos nossos enunciados. Assim, ao enunciarmos, sempre realizamos o ato de argumentar, que se dá por meio da apresentação de argumentos pelos quais tentamos levar nosso interlocutor a determinadas conclusões.

Se então a finalidade dos enunciados é argumentar, quando a sentença em (14) é enunciada na Situação 01 a seguir seu sentido é “Ainda está cedo.”. Esse sentido funciona como



argumento a fim de persuadir o locutor A a ficar mais um pouco na festa, ou seja, funciona como argumento contra a conclusão “Vamos embora.”.

**Situação 01:**

A quer ir embora de um jantar mas B quer ficar.

A: Vamos embora?

B: Ah, vamos ficar mais um pouco! São 10 horas.

Quando, porém, a sentença em (14) é enunciada na Situação 02, seu sentido, que é dinâmico, é “Está tarde.”. Esse sentido funciona como uma adesão à proposta de A para ir embora, ou seja, funciona como argumento a favor da conclusão “Vamos embora.”.

**Situação 02:**

A e B querem ir embora de um jantar.

A: Vamos embora?

B: Vamos sim. São dez horas.

A dinamicidade do sentido é resultante de um postulado da semântica argumentativa: cada enunciado é único. Isso significa que, toda vez que (14) passar pelo processo de enunciação, o resultado será um novo enunciado porque das variáveis que compõem o processo de enunciação (quem, onde e quando), pelo menos uma será sempre distinta: o quando, pois o tempo não para. A unicidade do enunciado não implica, porém, que cada novo enunciado deverá necessariamente ter um sentido diferente dos demais, implica apenas que cada enunciado pode ter um sentido diferente.

Se, para a semântica formal, (10) e (11), são sinônimas, para a semântica argumentativa elas são argumentativamente diferentes: em (10) *e* apenas relaciona dois enunciados *João chegou* e *Maria saiu*; no entanto, em (11) *mas*, além de relacionar os dois enunciados, apresenta a

chegada de João como um evento frustrado devido à saída de Maria que, provavelmente, foi motivada pela chegada de João.

Por meio da análise de sentenças como (10) e (11) e de possíveis enunciações para (14), a semântica argumentativa mostra que, em alguns casos, é pouco dinâmico o caráter fortemente referencial e verifuncional da semântica formal.

Como você já deve ter percebido, não há uma abordagem semântica que dê conta de todas as questões que existem na língua. Isso, é bom lembrar, não é um déficit específico da semântica ou da linguística, é a condição própria de toda ciência e disciplina. Para se convencer, veja, por exemplo, que existem diversas físicas, dentre elas: a física nuclear, a física de partículas elementares, a física quântica, a biofísica e a física estatística. Tudo seria mais simples se uma única abordagem teórica explicasse todos os fenômenos de sua área, mas o fato é que o mundo e a língua são maiores do que qualquer teoria.

Das três formas de conceber o significado apresentadas neste capítulo, a primeira corresponde a uma abordagem filosófica e as duas últimas correspondem a duas correntes semânticas muito difundidas no Brasil: a formal e a argumentativa. Ao estudá-las, percebemos que as diversas semânticas não são apenas formas diferentes de abordar o significado e as questões a ele relativas, elas apresentam também diferentes noções de significado e, por conseguinte, significados distintos para a palavra *significado*. Isso implica que, ao darmos uma única resposta para o que é o significado e o que significa *significado*, acabamos por assumir algum posicionamento teórico. Convido você para, na maior parte deste módulo, assumir comigo a perspectiva de Lyons (1968) de que: SIGNIFICADO = SENTIDO + DENOTAÇÃO. No entanto, por agora, deixarei em suspenso a noção de significado no âmbito da pragmática. Quando começarmos a estudar a pragmática, trataremos desse ponto.



## REFERÊNCIAS

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

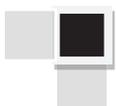
FREGE, Gottlob. **Logica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978 [1892].

JOHNSTON, Trevor; SCHEMBRI, Adam. **Australian sign language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

HUANG, Yan. **Pragmatics**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LYONS, John . **Introduction to theoretical linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Semântica formal: uma breve introdução**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2001.



# UNIDADE II

## VARIAÇÃO DE SIGNIFICADO

Em algum momento de sua vida escolar você escutou seu/sua professor(a) de língua portuguesa ou de Libras dizer coisas como “Escreva sem ambiguidades.”, “Seu texto está muito ambíguo.”, “Você poderia ser menos vago(a) quando escreve.”. Se você levou em consideração essas observações, tomou uma atitude adequada. Devemos procurar, pelo menos nos textos (escritos e orais) acadêmicos e técnicos, ser o mais pontual possível, não só para ganhar a simpatia do nosso interlocutor, mas principalmente para ele perceber o mais claramente possível do que de fato estamos tratando e não fazer interpretações que não desejamos. Ainda a respeito das observações do seu/da sua professor(a), é possível também que em algum momento você tenha se sentido traído pelas palavras, como se você quisesse dizer uma coisa, e as palavras dissessem outra. Não ache que isso acontece só com você, mas mesmo assim tome muito cuidado porque as palavras não são muito “obedientes.”

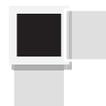
Apesar de poder parecer que tudo seria mais fácil se as palavras tivessem apenas um sentido<sup>44</sup>, a maioria delas apresenta algum tipo de variação de sentido. A **monossemia**, propriedade de uma palavra ter apenas um sentido, não é o que prevalece na língua. Palavras como *alfirme*, *bolotar* e *xibaro*, que são monossêmicas e não vagas, não são tipos de palavras que mais usamos. Cotidianamente nos valem, com muita naturalidade, de palavras semanticamente mais complexas, seja porque têm mais de um sentido, seja porque são ortográfica e/ou foneticamente idênticas a(s) outra(s), seja porque são vagas. O fato inexorável com o qual temos de lidar é que as palavras das línguas naturais, em sua maioria, apresentam alguma forma de variação de sentido: ambiguidade ou vagueza.

A **ambiguidade** não só é algo inerente às línguas naturais; é também algo muito curioso. Ela é a possibilidade de mais de uma interpretação que uma determinada expressão<sup>45</sup> linguística

---

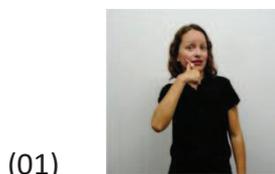
<sup>44</sup> Se as palavras tivessem apenas um sentido, teríamos de aprender bem mais palavras do que sabemos para nos comunicar com a mesma proficiência que fazemos.

<sup>45</sup> Você lembra o que eu disse ser uma expressão linguística no capítulo passado?



pode apresentar. Não se tem notícia de uma língua natural que não apresente ambiguidades. Isso é tão verdadeiro que em qualquer língua pupulam textos ambíguos orais ou escritos que geram interpretações pouco, muito ou totalmente diferentes das esperadas.

“Sem pensar”, diga-me, por favor, o que (01) e (02) significam.



Agora, pensando, diga-me o que (01) e (02) significam.

Viu que curioso? Quando começamos a pensar, parece que as palavras ganham mais significados. Na verdade, em “testes” como esse que eu acabei de fazer com você, as palavras não ganharam mais significados, eles já existiam. Nós apenas paramos para pensar sobre eles e, por isso, eles começaram a emergir do conhecimento que temos a respeito do léxico/vocabulário de Libras.

(01) e (02) são exemplos de casos que chamamos de polissemia. **Polissemia** é a propriedade que um signo, não necessariamente uma palavra pois pode ser também um afixo, tem de possuir mais de um significado relacionados entre si. Veja que, por se tratar de mais de um significado, esses significados são diferentes, se não fossem diferentes não seriam mais de um. Ser diferente, no entanto, não significa ser totalmente diferente, significa “apenas” ter alguma diferença. Por outro lado, esses distintos significados necessariamente têm alguma relação semântica entre si.

Veja que há pelo menos três sentidos para (01): 1) “pessoa adulta do sexo feminino”; 2) “esposa”; e 3) “homem afeminado”. Você percebe que os três sentidos apresentados para (01) são diferentes entre si, pois apresentam algum valor semântico a mais ou a menos? Você percebe também que os três sentidos estão relacionados porque todos eles dizem respeito a uma pessoa do gênero/padrão feminino? Semelhanças e diferenças de sentidos também ocorrem com (02), como vimos no capítulo 01.

Outro fenômeno que podemos categorizar como sendo ambiguidade lexical é a homonímia. **Homonímia** é a relação de identidade formal entre pelo menos dois signos distintos, conforme podemos observar em (03).

(03)



Se eu fizesse o mesmo teste agora e pedisse para você me dizer, sem pensar, um significado para (03) você poderia dizer-me “fruto da laranjeira.” Essa não seria uma resposta ruim, pelo contrário, seria uma boa resposta. Mas outra pessoa poderia responder-me “sétimo dia da semana”. Essa também seria outra boa resposta. Mas o que semanticamente o fruto da laranjeira tem a ver com o sétimo dia da semana? Será que sábado é o dia de chupar laranja? Ou será que laranjas devem ser chupadas no sábado? Ou laranjas são mais gostosas quando chupadas no sábado? A resposta você sabe: é *não* para as três alternativas e qualquer outra equivalente a essas. Como não conseguimos perceber nenhuma relação entre os dois sentidos, dizemos que a forma em (03) representa dois sinais distintos: *sábado* e *laranja*. Apesar de em (03) termos absolutamente a mesma forma, os seus sentidos, “fruto da laranjeira” e “sétimo dia da semana”, não estão relacionados entre si.

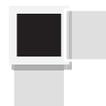
Como resultado, a homonímia lexical acaba por algumas vezes gerar sentenças homônimas como (04), que pode significar tanto “eu gosto de sábado” quanto “eu gosto de laranja”.

(04)



Não há porém motivo para nos preocuparmos em excesso. Claro que devemos ter muito cuidado com nossos textos orais e escritos, mas os contextos linguístico e extralinguístico resolvem a maior parte das ambiguidades. Há inclusive quem, a exemplo de Luciano Oliveira (2008), diga que a ambiguidade só existe em frases fora de contextos. Desse modo, são os contextos então que nos informam quando (04) significa “eu gosto de sábado” ou “eu gosto de laranja”.

Pensando no contexto linguístico, se a partir de (04) formarmos (05), a única interpretação possível para (04) será “Eu gosto de laranja”.



(05)



Eu gosto de laranja porque tem vitamina C.

Como sabemos então que “laranja” é a melhor interpretação para a ocorrência de (03) em (05)? Por meio de algo chamado **isotopia semântica**, que é a força composicional segundo a qual os elementos linguísticos atuam uns sobre os outros e apontam os sentidos possíveis para a combinatória. Em (06) a isotopia semântica entre (03) e (06) que nos faz interpretar (03) como “laranja” mas não como “sábado”, pois nosso conhecimento léxico-enciclopédico nos diz que laranja tem vitamina C mas sábado não tem vitamina C.

(06)



vitamina C

Agora veja que se a partir de (04) formarmos (07), (03) significará apenas “sábado”, porque (08) não diz respeito a frutas, diz respeito apenas a tempo, e sábado é um período de tempo.

(07)



Eu gosto de sábado porque é quando durmo até tarde.



(08)

quando

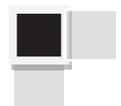
A homonímia, nos exemplos que vimos, é chamada de perfeita porque são tanto homófonos quanto homógrafos, em razão de tanto a forma fonológica quanto a forma ortográfica serem as mesmas. Mas nem sempre esse é o caso. Há também a homonímia em que apenas a forma fonológica ou a forma ortográfica são a mesma. Quando apenas as formas fonológicas coincidem, dizemos que se tratam de homônimos homófonos; quando apenas as formas ortográficas coincidem, dizemos que se tratam de homônimos homógrafos. Esses dois tipos de homonímia são mais facilmente percebidos em línguas orais.

A abordagem que até o presente momento utilizamos neste capítulo pode ser chamada de semântica lexical, pois estuda a semântica de itens lexicais levando em consideração suas relações com outras palavras/sinais, seja fora de contexto, seja em contextos de ocorrência virtuais ou reais. Ademais, percebe-se facilmente que a semântica lexical vale-se de uma abordagem sincrônica. Foi por isso que explicitamos a distinção entre polissemia e homonímia nos valendo apenas da sincronia, ou seja, toda a explicação ocorreu olhando-se para um determinado estado da Libras: o estado atual. Não obstante, poderíamos recorrer a uma abordagem diacrônica e compararmos distintos estados da Libras, do português ou de qualquer outra língua para definir como polissêmicos signos, a exemplo de *bofe* e *bicho*, que através do tempo foram incorporando distintos significados. Na abordagem diacrônica, o que mais importa é a história do signo, seus significados podem inclusive não mais apresentar nenhuma relação transparente entre si, como, por exemplo, diversos significados de *fazer*: “construir”, “arrumar”, “comportar-se”, “percorrer”, “fingir”, “proferir”, “celebrar” etc.

Já palavras homônimas, na abordagem diacrônica, são as formas idênticas que apresentam étimos distintos, ou seja, palavras que, a despeito da forma idêntica, apresentam origens distintas, a exemplo de: *manga*<sup>1</sup>, que vem do latim *manica* e significa “parte de vestimenta”; *manga*<sup>2</sup>, que vem do malaiala *manga* e significa “fruto da mangueira”; *manga*<sup>3</sup>, que vem do espanhol<sup>46</sup> *manga*

---

<sup>46</sup> A palavra *manga* do espanhol vem do latim *manica*. Assim sendo, *manga*<sup>3</sup> vem do latim, de forma indireta, por meio do espanhol.



e significa “cercado feito em curral ou à beira de rios para direcionar o gado”; e *manga*<sup>4</sup>, que é a terceira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *mangar* cuja etimologia é incerta.

A abordagem diacrônica já foi critério central e até mesmo critério único para a distinção entre polissemia e homonímia, mas perdeu sua centralidade com o advento do estruturalismo. Aliás, para alguns pesquisadores, ela não só perdeu a centralidade como a relevância, pois relações semânticas e etimológicas que algum dia existiram podem não existir mais. Sem contar que nem sempre temos registrada a história das palavras, como fazia, por exemplo, a semântica histórica de Michel Bréal, que traçava uma “biografia” de cada palavra<sup>47</sup>. A união das duas abordagens é uma boa alternativa para casos em que apenas a sincronia não nos possibilita dizer com clareza se estamos diante de um caso de polissemia ou de homonímia. Mesmo assim, sabemos que as línguas não são “bem-comportadas” e mesmo uma abordagem mista pode não vir a dar as respostas suficientes.

Para alguns pesquisadores também é possível, ao se distinguir a polissemia da homonímia, complementar o critério semântico com o morfossintático por meio das classes morfossintáticas/morfológicas. Por esse critério, uma classe é um “local” onde agrupamos elementos da mesma espécie, as línguas subordinam-se bem à formação de classes de palavras, e as palavras estão necessariamente em uma classe ou outra, mas não em duas ao mesmo tempo. Como nos lembra a física, um mesmo corpo não pode estar em dois locais ao mesmo tempo. Assim sendo, uma palavra polissêmica pertence exclusivamente a uma classe e nunca a duas, três ou mais classes.

Por outro lado, o caso da homonímia é diferente. Por se tratar de mais de uma palavra, com a mesma forma mas sentidos não relacionados entre si, ela pode tanto estar na mesma classe quanto em classes diferentes. Esse é o caso da forma *manga*, vista acima, que não deixa dúvida alguma que engloba quatro palavras diferentes, pois seus significados não apresentam relação alguma. As quatro palavras que a forma *manga* engloba podem ser classificadas em apenas duas classes: numa, a dos substantivos, *manga*<sup>1</sup>, *manga*<sup>2</sup> e *manga*<sup>3</sup>; na outra, a dos verbos, *manga*<sup>4</sup>.

Algumas abordagens chegam a tomar a classificação gramatical/morfológica como um critério decisivo. Esse é o caso da gramática tradicional, que classifica *cozido* como um caso de

---

<sup>47</sup> Hoje podemos fazer semântica histórica de um outro modo e com um outro objetivo: não mais olhando para a palavra isolada, mas sim para ela em seus contextos não só de uso, também em seus contextos sociocognitivos. Dessa maneira, não mais com o intuito de buscar apenas uma história para as palavras e, sim, as causas pelas quais uma palavra pode nascer, morrer e, principalmente, as causas pelas quais ela pode se modificar.

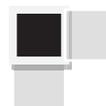
homonímia: *cozido*<sup>1</sup> (verbo no particípio) e *cozido*<sup>2</sup> (substantivo); *jogo*<sup>1</sup> (verbo) e *jogo*<sup>2</sup> (substantivo). Considerar, porém, as classes de palavras como um critério decisivo para a distinção entre polissemia e homonímia não é um bom método, porque nem sempre as línguas apresentam classes de palavra bem delimitadas; Libras é uma dessas línguas.

Ainda dentro do escopo da variação de significado, diga-me agora uma coisa: você acha a Madonna velha? E o Thiago Lacerda, ele é bonito? Você pode responder “sim” às duas questões, outra pessoa pode responder “não” e mais outra pode responder “mais ou menos”. Por que isso acontece? Será que não sabemos o que é uma pessoa velha ou bonita? Será que não sabemos qual o significado de *velha* e *bonito*? Certamente sabemos.

Palavras como *velho*, *bonito*, *bom*, *gordo*, *alto*, *fácil*, *barato* etc. são exemplos de **vagueza**. Ou seja, são palavras que denotam propriedades que não temos como medir precisamente. Não existe um conjunto de propriedades X que se alguém as tiver poderá se classificado como bonito. Não existe uma idade que uma vez atingida alguém seja considerado sempre velho. É por isso que Thiago Lacerda é considerado bonito por algumas pessoas, mas não por outras. Mas notemos que raramente encontraremos alguém que o considere feio, ainda que algum homem machista diga “E eu lá acho homem bonito!”. Assim sendo, podemos dividir nossas opiniões achando o Thiago Lacerda bonito ou mais ou menos, mas sabemos que ele não é feio.

A mesma vagueza vale para o ser velha ou não da Madonna. Pode ser que para você, que tem vinte e poucos anos, ela, como seus cinquenta e tantos anos, seja uma coroa ou uma velha. Já para a minha avó de 92 anos, a Madonna não é velha, é até jovem. Contudo, para nenhum de nós a Madonna é uma juvenzinha. Por outro lado, para o meu sobrinho de três anos, você, de vinte e poucos anos, é velho. Com base nessas avaliações, percebemos outra propriedade importante da vagueza: por não termos uma medida específica para o atributo que uma palavra vaga expressa, a verdade ou a falsidade desse atributo pode variar dependendo do ponto de vista que tomarmos como referência. O seu ponto de vista, o da minha avó de 92 anos e o do meu sobrinho de três anos são diferentes. Daí, se uma palavra é vaga, os pontos de vista começam a interferir no sentido. Aliás, observe que até a própria palavra *vaga* é vaga.

Literalmente, alguém está vivo ou não, é pai ou não; um vegetal é uma laranja ou não, é uma jaca ou não; e um objeto é um celular ou não, é uma xícara ou não. E também literalmente alguém pode ser velho para uma pessoa mas não para outra; um vegetal pode ser gostoso para uma pessoa mas não para outra; e um objeto pode ser barato para uma pessoa mas não para



outra. A escalaridade e a comparação são outras propriedades da vagueza. Literalmente alguém pode estar mais velho do que da última vez que o vimos, pode também ser mais velho do que outra pessoa, mas não pode ser mais morto; um vegetal pode estar mais gostoso temperado de determinado modo, pode também ser mais gostoso do que outro, mas não pode ser mais laranja (referindo-se à fruta); um objeto pode estar mais barato hoje do que ontem, pode também ser mais barato do que outro, mas não pode ser mais xícara.

Perceba então que a vagueza não se trata de uma questão de mudança do significado das palavras ao nosso gosto. *Bonito* significa “alguém de aparência bonita ou atraente” e, sendo sinceros, só atribuiremos esse predicado a quem realmente achamos bonito. Por reconhecermos intuitivamente a vagueza, muitas vezes para nos resguardarmos de possíveis acusações, é comum dizermos: “Na minha opinião,...”, a exemplo de “Na minha opinião, a Madonna não é velha.” ou “Na minha opinião, o Thiago Lacerda é bonito.”

Com o uso de expressões que marcam opinião (*na minha opinião, no meu ponto de vista, eu acho* etc.), fica claro que as palavras vagas não só expressam uma propriedade mas também um ponto de vista. Como utilizamos constantemente palavras vagas, podemos concluir que não existe discurso neutro. Nem mesmo o discurso científico. A neutralidade da língua é apenas uma miragem pela qual alguns se deixam enganar. Ou você assume um ponto de vista, ou assume outro. É impossível, como afirma a semântica argumentativa, falarmos sem assumir um ponto de vista.

Diante do exposto até aqui, você pode concluir que há quatro tipos de palavra semanticamente distintos: monossêmicas, polissêmicas, homônimas e vagas. Monossemia, polissemia, homonímia e vagueza são sim quatro fenômenos diferentes, contudo curiosamente mais de um deles podem se apresentar em uma mesma forma de palavra, e a única combinação impossível é entre monossemia e polissemia.

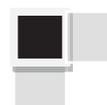
Com os dois tipos de variação de sentido aqui estudados – ambiguidade e vagueza –, espero ter ficado claro para você o porquê de toda língua natural ser ambígua e porque tão frequentemente produzimos e nos deparamos com sentenças e enunciados ambíguos e/ou vagos. Você, como intérprete de Libras-português, não pode deixar de prestar muita atenção em fenômenos como a polissemia, a homonímia e a vagueza para não ocorrer o risco de “trair” do texto (oral ou escrito) que você esteja interpretando. Deve também ter em mente que nem sempre o autor/locutor de um texto que esteja interpretando produz um texto ambíguo e/ou

vago por “maldade” ou por inabilidade. A variação de sentido faz parte da língua e, associada a diferentes contextos e diferentes conhecimentos de mundo, produz em maior ou menor escala diferentes leituras para diferentes interlocutores e intérpretes.

Agora, convido você para, no próximo capítulo, estudarmos dois processos de expansão semântica que tornam as palavras (mais) polissêmicas e, por conseguinte, (mais) ambíguas: a metáfora e a metonímia.

## REFERÊNCIA

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.



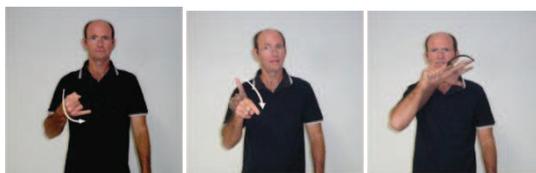
# UNIDADE III

## EXPANSÃO DE SIGNIFICADO

Os diferentes aspectos de significado constituem o campo propício para a mudança linguística no que tange à semântica. A mudança semântica pode ocorrer em duas direções: a subtração de significado, quando um item torna-se menos lexical e mais gramaticalizado, e a adição de significado, quando um item torna-se mais polissêmico. As principais causas para mudança de significado, segundo Stephen Ullmann (1964), são seis: 1) linguísticas; 2) históricas; 3) sociais; 4) psicológicas; 5) influência estrangeira; e 6) necessidade de um nome novo. Apesar de muito interessantes, por questões de tempo e espaço, não estudaremos tais causas neste módulo de semântica e pragmática, indico a leitura de Ullmann (1964) a todos que quiserem conhecer em detalhe tais causas. Estudaremos, em vez disso, dois processos de expansão semântica, i.e. dois processos de adição de significado: a metáfora e a metonímia.

A metáfora e a metonímia têm sido estudadas sob várias perspectivas, a mais tradicional diz que ambos os processos são desvios de significado. Considerados desvios, esses significados são concebidos como não literais e são chamados de figurativos, porque em tal abordagem tanto a metáfora quanto a metonímia são simplisticamente vistas como figuras de linguagem, que têm a finalidade de, com fins estilísticos e retóricos, criar figuras/imagens para ornar o discurso. Segundo a mesma abordagem, o sinal para *leão*, em (01), não está com seu sentido literal<sup>48</sup> de “felino selvagem natural de savanas, cujo macho tem juba”, mas, por um desvio de significado, está com o sentido metafórico de “bravo” e/ou de “forte”.

(01)



---

<sup>48</sup> Sentido literal, na abordagem tradicional, diz respeito ao sentido expresso exclusivamente pelas letras/palavras.

A abordagem tradicional, apesar de parecer consistente, é falha em dois pontos: 1) faz-nos supor que a metáfora não é um processo comum ao nosso dia a dia, mas restrito a campos discursivos tais como a literatura e a propaganda; e 2) não é explicativa o suficiente para dar conta das relações cognitivas existentes na metáfora.

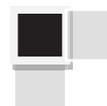
Na década de 1980, porém, os estudos sobre a metáfora ganham uma nova roupagem com as análises de George Lakoff e Mark Johnson (2002)<sup>49</sup>. Para os autores, a **metáfora** é o processo cotidiano por meio do qual compreendemos e experienciamos uma entidade em termos de outra. Esse processo, dizem Lakoff e Johnson, não pertence exclusivamente ao sistema linguístico, mas a todo o sistema conceptual e, por ser baseado em nossas experiências com o mundo, é um modo de estruturação do pensamento. Assim sendo, usar/produzir uma metáfora não mais é entendido como desviar o sentido de uma palavra, porque “[...] *A essência da metáfora é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra [...]*” (2002, p. 47–48, itálicos dos autores).

Segundo a abordagem da semântica cognitiva, na sentença em (01) acima existe a metáfora ‘PESSOAS SÃO ANIMAIS’ e por meio dessa metáfora João é entendido em termos de outra entidade que é o leão, esse entendimento é possível porque se percebem propriedades comuns entre João e um leão, quais sejam: bravura e/ou força.

Lakoff e Johnson classificaram as metáforas em três tipos: estruturais, orientacionais e ontológicas. As **metáforas estruturais** são aquelas que estruturam um conceito a partir de outro(s). Desse tipo é (01) acima, em que, como já afirmado, o conceito JOÃO é compreendido a partir do conceito de LEÃO e seus subconceitos BRAVURA e FORÇA. As **metáforas orientacionais** são aquelas nas quais se organizam um sistema conceptual em termos de outro(s). Nesse grupo se enquadram as metáforas que se fundamentam em oposições binárias de orientações espaciais tais como: DENTRO—FORA, PARA CIMA—PARA BAIXO etc. A partir da metáfora ‘FELIZ É PARA CIMA’ tem-se uma orientação que pode produzir expressões tais como (02) abaixo. Essa metáfora, como podemos observar, é resultado da nossa experiência com o nosso corpo: observe que quando você está feliz sua coluna fica mais ereta e sua cabeça se posiciona para cima em simetria com a linha do horizonte; mas quando você está para baixo, i.e. triste, sua coluna tende a se curvar e você olhar para baixo.

---

<sup>49</sup> Original: LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

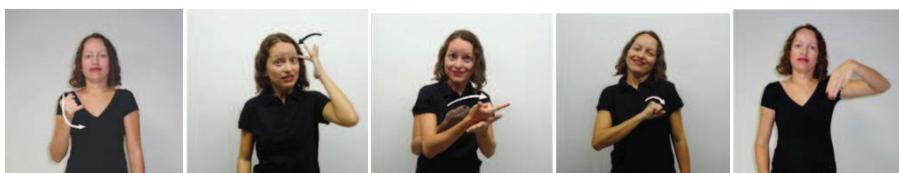


(02)



As **metáforas ontológicas**, por sua vez, são aquelas resultantes das experiências que vivenciamos com objetos físicos, sendo o nosso corpo o principal desses objetos. Tais experiências físicas (cf. LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 76) possibilitam-nos atribuir a eventos, atividades, emoções etc. o caráter de substâncias e entidades. Em (03), a metáfora ‘AMOR É UM BEM MATERIAL’ concebe um sentimento, o amor, como sendo uma substância do tipo bem material já que apenas bens materiais são passíveis de compra.

(03)



Segundo Lakoff e Johnson (2002) a metáfora ontológica apresenta ainda um subtipo: a **personificação**, que é o entendimento de objetos físicos como sendo pessoas, permitindo conceber entidades não humanas como sendo portadoras de características e atividades humanas. Metáforas como ‘CAMISA É UMA PESSOA’ e ‘QUADRO É UMA PESSOA’ permitem-nos usar, por exemplo, sentenças como (04) e (05), que não apresentam nenhuma estranheza ainda que ser gay e ser alegre sejam propriedades inerentes a pessoas.

(04)



(05)



Neste ponto, é necessário termos em mente que as sentenças (01)–(05) não são elas próprias as metáforas, mas são “apenas” metafóricas. A metáfora está “dentro” dessas sentenças,

pois é o processo de: em (01) compreendermos que ‘PESSOAS SÃO ANIMAIS’; em (02) compreendermos que ‘FELIZ É PARA CIMA’; em (03) compreendermos que ‘O AMOR É UM BEM MATERIAL’; em (04) compreendermos que ‘CAMISA É UMA PESSOA’; e em (05) compreendermos que ‘QUADRO É UMA PESSOA’. A metáfora, segundo Lakoff e Johnson (2002), é sempre um processo de compreensão, ou seja, um processo cognitivo.

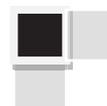
Além de ser um processo de compreensão e experienciação de um conceito *x* em termos do conceito *y*, a metáfora é também um processo de expansão semântica, porque o uso constante de uma metáfora tende a fortalecer essa relação entre os dois conceitos *x* e *y* e, quanto mais forte for a relação, maior será a probabilidade de *x* se tornar mais polissêmico e incorporar o conceito de *y*. Por exemplo: a compreensão constante do conceito LEÃO em termos dos conceitos BRAVO e FORTE é tão comum que *leão* se tornou polissêmico, pois incorporou os sentidos metafóricos de “bravo” e “forte” e, agora, não mais significa apenas “felino selvagem natural de savanas, cujo macho tem juba” ou “o rei dos animais”. Outros casos como as expressões *para baixo*, *para cima*, *por fora*, *por dentro* etc. são também exemplos de polissemia em que pelo menos um dos sentidos é metafórico, respectivamente: “triste”, “alegre”, “desconhecedor” e “conhecedor”.

Além da metáfora outro processo de expansão semântica é a **metonímia**, que é um processo referencial que objetiva o entendimento através da representação de uma entidade por outra. É um processo no qual podemos usar uma entidade *x* para nos referirmos a uma entidade *y* com a qual *x* mantém alguma relação. Podemos, a exemplo de (06), usar o nome do autor para fazer referência a algum livro seu. Podemos, a exemplo de (07), usar o nome de uma cidade para fazer referência aos seus habitantes (mesmo que não em sua totalidade).

(06)



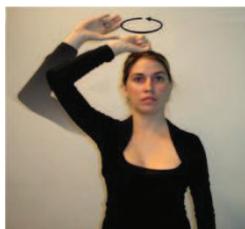
(07)



Sabemos que em (06) se faz referência a algum livro do Saussure e não ao próprio Saussure, porque *ler* é um verbo que toma como complemento um objeto que seja do tipo leitura e humanos não são entidades desse tipo. Assim sendo, a metonímia consiste em no lugar de se especificar qual o livro, especificar-se o autor, já que há relação entre o autor e sua obra. Já em (07), há uma metonímia porque se faz referência à população de João Pessoa, mas em vez de se especificar que trata da população, pois o verbo *votar* toma como sujeito uma entidade do tipo humano, especifica-se a cidade na qual a população vive e, por conseguinte, com a qual tem relação.

No entanto, no que diz respeito às línguas de sinais, o tipo de metonímia mais produtivo parece ser a **parte pelo todo**, pois, nesse caso, por meio de uma parte faz-se referência ao todo. Esse é geralmente o processo metonímico pelo qual as pessoas, cidades e instituições são nomeadas. Veja em (08), (09) e (10) que os sinais fazem referência a alguma parte das entidades que eles nomeiam.

(08)



O sinal de Amy Winehouse faz referência aos seus cabelos.



(09)



O sinal da UFPB faz referência às três tochas e três linhas do brasão da UFPB.



(10)



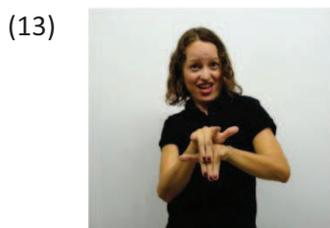
O sinal de Florianópolis faz referência à Ponte Hercílio Luz.



A metonímia parte pelo todo está também presente em muitos sinais nos quais se reconhece alguma iconicidade. Veja em (11) que o sinal para *casa* faz referência apenas a uma parte da casa: o telhado. Veja também em (12) que o sinal para *pássaro* faz referência apenas a uma parte do pássaro: o bico.



Ainda em língua de sinais é comum o que podemos chamar de metonímia movimento pela entidade. Neste caso, o sinal de uma pessoa, objeto ou ação faz referência a algum movimento comum a alguém ou alguma ação realizada com algum objeto. Esse é o caso do sinal para Michael Jackson em (13), para *xícara* em (14) e para *dançar* em (15).



O sinal de Michael Jackson faz referência a um dos seus movimentos de dança.



O sinal de *xícara* faz referência ao movimento de levar a *xícara* do pires à boca.



O sinal de *dançar* faz referência a um dos movimentos da dança.



Assim como a metáfora, a metonímia contribui para a expansão semântica tornando as palavras e sinais (mais) polissêmicos. *Palavra*, por exemplo, por meio da metonímia parte pelo todo pode significar “fala”, “ensinamentos” e “discurso”. *Universidade*, *empresa* e *igreja* são exemplos em que a metonímia instituição pela(s) pessoa(s) e prédio(s) é responsável pela polissemia. *Cabeça*, por exemplo, literalmente significa “extremidade do corpo acima do pescoço”, mas significa “cérebro” e “inteligência” por metonímia e “inteligente” por metáfora.

Veja, ainda, que as expressões *cabeça* e *cobra* com o significado metafórico de “inteligente” são conotativamente positivas e socialmente indicam fala de pessoas geralmente jovens, daí, ainda que possa ter o significado social associado a gírias, é elogioso dizer que alguém é cabeça ou cobra. Mas quando *cobra* tem o significado de “perigoso” ou “falso” sua conotação é negativa, disso decorre que é grosseiro dizer que alguém é uma cobra. Aspectos semelhantes ocorrem com *bicho*, por exemplo.

Tanto a metonímia quanto a metáfora, por serem processos que utilizamos com muita frequência nas interações linguísticas diárias, são interpretadas de forma tão natural que no(s) nosso(s) vernáculo(s) raramente paramos para refletir sobre as interpretações em jogo. Como prova, leia abaixo a tirinha do Chico Bento e veja que, ao ignorar a metonímia parte pelo todo o personagem instantaneamente cria o efeito de humor.



Por fim, antes de partirmos para o próximo capítulo, veja, no uso da palavra *progresso* no último quadro da tirinha do Papa-capim, como a metáfora “PROGRESSO É DESTRUIÇÃO” é uma boa estratégia para demonstrar a tristeza dos nossos simpáticos personagens e para nos fazer refletir

<sup>50</sup> Disponível em: <<http://www.monica.com.br/cookpage/cookpage.cgi?!pag=comics/tirinhas/tira309>>. Último acesso em: 21 dez. 2011.

sobre como compreendemos o progresso e se para nós ele tem uma conotação negativa ou positiva.



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

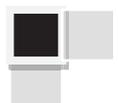
7525 51

## REFERÊNCIAS

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Campinas-SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.

ULLMANN, Stephen. **Semântica: uma introdução à ciência do significado**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.monica.com.br/comics/tirinhas/tira200.htm>>. Último acesso em: 21 dez. 2011.



# UNIDADE IV

## NEXOS DE SIGNIFICADO

Há diversos nexos de significado e todos eles são muito interessantes, no entanto não teremos tempo de abordar todos eles neste módulo. Por isso, selecionei alguns que são considerados os mais essenciais. Desse modo, neste capítulo vamos tratar da sinonímia, da hiponímia, da hiperonímia, da antonímia, da contradição e da contrariedade. Acredito que você irá gostar bastante de refletir sobre eles de forma mais explícita.

A **sinonímia** é um nexo entre expressões que têm significados semelhantes: *casa* e *residência*, são bons exemplos. Mas veja, eu falei em significados semelhantes, não falei em significados totalmente idênticos. Tratar expressões sinônimas como semelhantes nos possibilita reconhecer que entre sinônimos geralmente existe alguma diferença de significado e que nem sempre uma das expressões poderá substituir a outra, compare os pares abaixo:

- (01) a. A casa de João é aconchegante.  
b. A residência de João é aconchegante.
  
- (02) a. João comprou uma casa.  
b. ? João comprou uma residência.

Veja que em (01) *casa* e *residência* podem substituir uma a outra sem nenhum problema semântico. Já em (02) a substituição de *casa* por *residência* resulta em uma sentença relativamente estranha, e para alguns é até mesmo semanticamente inaceitável. Compare agora os dois pares que seguem.

(03) a.



Maria é velha.

b.



Maria é idosa.

(04) a.



Minha casa é velha.

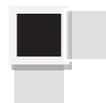
b.



\* Minha casa é idosa.

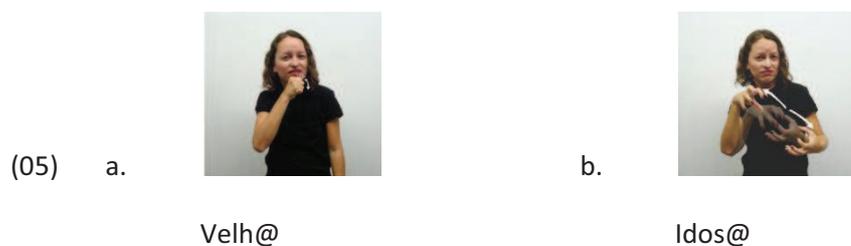
Considerando o sentido literal, em (03) *velho* e *idoso* podem intercambiar-se sem nenhum problema semântico, mas (04) esse intercâmbio não é possível. Exemplos desse tipo são muito bons para nos ajudar a desfazer o mito de que sempre podemos substituir uma palavra por qualquer um dos seus sinônimos. A sinonímia geralmente é imperfeita.

Há, porém, casos de sinonímia perfeita, mas são casos raros e geralmente se circunscrevem a contextos técnicos. Lyons (1987) lembra o caso de *cecite* e *tiflíte* que significam “inflamação do ceco”. Tal tipo de sinonímia é um fenômeno raro, porque parece pouco produtivo a língua ter mais de uma palavra para significar exatamente a mesma coisa. Dessa improdutividade decorre que quando acontece sinonímia perfeita, uma das palavras tende a



desaparecer: este é o caso de *amplexo* (palavra do século XIV) que, por significar exatamente a mesma coisa de *abraço* (palavra do século XV), caiu em desuso.

A sinonímia caracteriza-se como identidade de significado e, por conseguinte, duas ou mais expressões são ditas sinônimas quando significam (mais ou menos) a mesma coisa. Em Libras (05a) e (05b) são sinônimas, mas perceba, comparando as sentenças em (06a) e (06b), que são sinônimos imperfeitos pois o uso de (05b) em (06b) é semanticamente estranho.



O livro de Maria está velho.



\*O livro de Maria está idoso.

A sinonímia é um nexos de significado que pode estar presente apenas no nível lexical, apenas no nível sentencial ou em ambos. Vale, no entanto, atentarmos para três pontos. O primeiro é que a sinonímia lexical pode resultar em sinonímia sentencial se duas ou mais sentenças, a exemplo dos pares em (01) e em (03) acima, diferem entre si apenas em palavras/sinais que são sinônimas uma da outra. O segundo é que não é necessário duas ou mais sentenças apresentarem sinonímia lexical para que sejam sinônimas entre si, como mostra o par

em (07) abaixo. O último ponto é que há casos de sentenças que não são sinônimas apesar de apresentarem palavras sinônimas, como é o caso de (08). Das três observações podemos então concluir que a sinonímia lexical não implica a sentencial nem vice-versa.

(07) a.



Semântica não é pragmática.

b.



Semântica é diferente de pragmática.

(08) a.



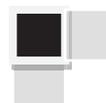
João viu Maria.

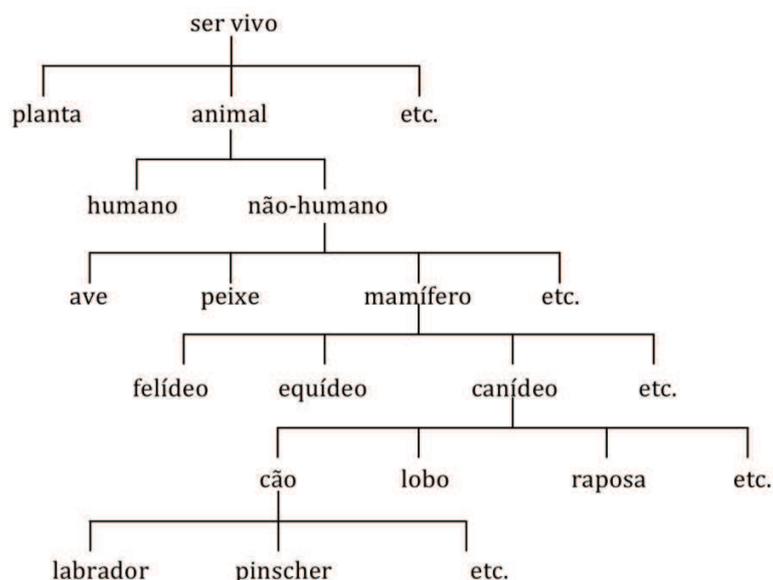
b.



Maria enxergou João.

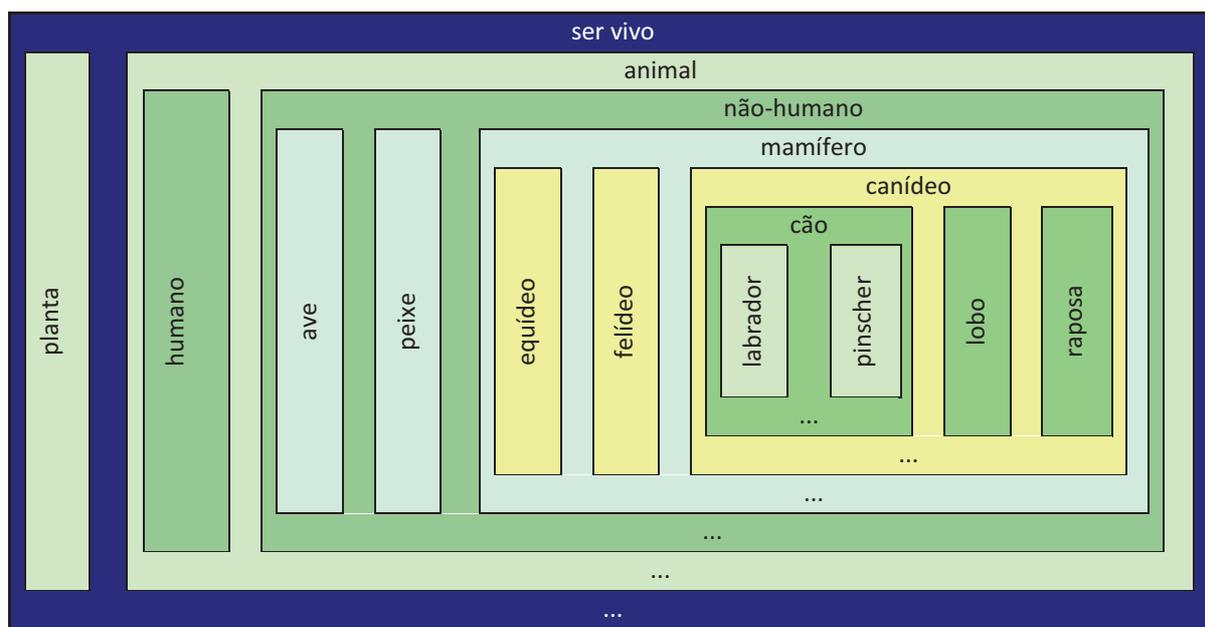
Há dois outros nexos de significados lexicais bem interessantes e que comumente são confundidos com a sinonímia: a hiponímia e a hiperonímia. Tanto *hipo* quanto *hiper* vêm do grego, o primeiro significa “abaixo” e o segundo “acima”. *Onímia* também vem do grego e significa “nome”. Assim sendo, numa taxonomia **hipônimo** é um nome que está abaixo de outro e **hiperônimo** é um nome que está acima de outro. Analisemos essas relações na taxonomia a seguir, que adaptei da biologia.





Além da taxonomia lembrar das aulas de biologia, ela nos ajuda a visualizar as relações de hiponímia e de hiperonímia lexicais. Veja que a categoria *cão* está abaixo da categoria *canídeo*. Assim, se a categoria *cão* é nomeada pela palavra *cão* e a categoria *canídeo* é nomeada pela palavra *canídeo*, então *cão* está abaixo de *canídeo*, logo *cão* é um hipônimo de *canídeo* e *canídeo* é, por consequência, um hiperônimo de *cão*. E *cão* em relação a *pinscher* é hipônimo ou hiperônimo? Basta olhar mais uma vez a taxonomia e você achará a resposta: *cão* é hiperônimo de *pinscher* porque *cão* está numa posição mais alta.

Poderíamos também observar as relações de hiponímia e hiperonímia por meio de conjuntos, como o que segue abaixo.



Valendo-se de conjuntos identificamos a hiponímia e a hiperonímia por meio das relações de continência: continente e contido. O hipônimo é o conjunto contido e o hiperônimo é o conjunto que contém, i.e. o continente. Veja que o conjunto dos seres vivos contém dois subconjuntos: o das plantas e o dos animais. Logo, o *ser vivo* é hiperônimo de *planta* e *animal*. Por outro lado, *planta* e *animal* são hipônimos de *ser vivo* porque as plantas e os animais estão contidos no conjunto dos seres vivos. Assim sendo, você consegue perceber que uma vez que o conjunto dos cães está contido no conjunto dos canídeos, *cão* é hipônimo de *canídeo*? Se sim, você também deve já estar percebendo que *cão* é hiperônimo de *labrador* e *pinscher* porque o conjunto dos cães contém os conjuntos dos labradores e dos pinscheres.

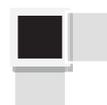
Neste ponto vale lembrar que hipônimos não mantêm nexos apenas com os respectivos hiperônimos, existe também a **co-hiponímia**, que é o nexo que todos os hipônimos de um mesmo hiperônimo mantêm entre si. Por exemplo: 1) *labrador* e *pinscher* são co-hipônimos, porque ambos são igualmente hipônimos de *cão*; e 2) *equídeo*, *felídeo* e *canídeo* são co-hipônimos porque todos três são igualmente hipônimos de *mamífero*. Para você ficar mais expert em hiperonímia, hiponímia e co-hiponímia, sugiro que observe um pouco mais como todos os subconjuntos do conjunto acima se relacionam. Você chegará aos mesmos resultados se fizer a análise tanto conjuntística quanto taxonômica.

De imediato podem parecer triviais e pouco práticas as relações de hiponímia e hiperonímia. No entanto, em nossas interações linguísticas valemo-nos cotidianamente do conhecimento internalizado que temos a respeito desses nexos. Eles são um dos responsáveis pela coesão textual.

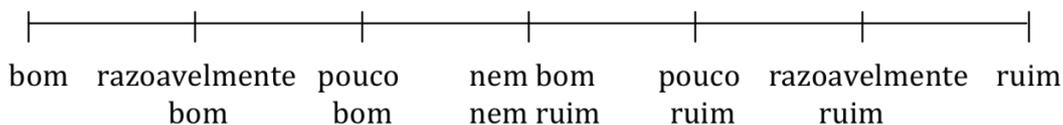
Para finalizarmos este capítulo, vejamos agora três outros nexos de significado que são muito utilizados no nosso dia a dia mas talvez você não tenha ainda parado para analisá-los com um pouco mais de calma: a antonímia, a contradição e a contrariedade.

**Antonímia** ocorre quando duas ou mais palavras apresentam alguma oposição de significado entre si a exemplo de *bom* e *ruim*. Segundo Oliveira (2008), de acordo com a oposição realizada, a antonímia pode ser classificada em quatro tipos: oposição gradual/polar, oposição contraditória/privativa, oposição conversa e oposição equipolente.

A **oposição gradual** (ou polar) ocorre entre itens que, além de estarem em oposição semântica, são vagos, pois a vagueza possibilita que se reconheçam graus, ou seja, níveis diferentes de uma determinada propriedade. Algo pode ser um pouco bom, razoavelmente bom,



ou bom, por exemplo. Algo que é pouco bom está um pouco próximo de algo pouco ruim e vice-versa. Já algo bom ou razoavelmente bom está bem distante de algo ruim ou razoavelmente ruim. A escala abaixo mostra não apenas essa gradualidade, mas também a oposição entre *bom* e *ruim*, situando-os em polaridades diferentes.



Outros exemplos de oposição gradual são quaisquer palavras que além de vagas têm um oposto também vago como, por exemplo, *bonito/feio*, *gordo/magro*, *velho/novo* etc. Além de adjetivos, advérbios podem também se apresentar em oposição gradual: *fracamente/fortemente*, *tristemente/alegremente* etc.

A **oposição contraditória** (ou privativa) ocorre em pares cujos elementos são excludentes entre si, não são graduais e a negação de um funciona como sinônimo do outro. No par *vivo/morto* encontramos as três propriedades mencionadas: 1) são excludentes entre si, pois ou alguém está vivo ou está morto; 2) não são graduais, logo literalmente alguém não pode estar pouco vivo ou pouco morto; e 3) a negação de um é sinônimo do outro, *não vivo* é a negação de *vivo* e sinônimo de *morto*. Outros exemplos são os pares *partir/ficar*, *vida/morte* etc.

A **oposição conversa**, como afirma Oliveira (2008), ocorre por meio de dois termos que expressam o mesmo evento ou estado sob perspectivas diferentes. O curioso é que esse tipo de antonímia gera uma paráfrase, pois uma perspectiva acarreta a outra. Esse é o caso de *pai/filho(a)* em (09).

(09) a.



Nilton é pai de Dodô/Alexandre.

b.



Dodô/Alexandre é filho de Nilton.

Veja que a e b expressam o evento da paternidade sob duas perspectivas: a do pai e a do filho. Essas duas perspectivas se acarretam mutuamente, pois se Nilton é pai de Dodô então necessariamente Dodô é filho de Nilton e vice-versa.

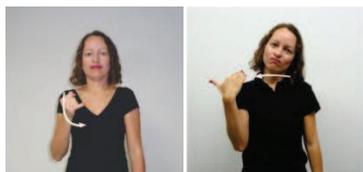
Outros exemplos de oposição conversa são *dar/ganhar*, *comprar/vender*, *antes de/depois de* etc.

A **oposição equipolente** é relação de incompatibilidade entre palavras que são co-hipônimas, pois ao mesmo tempo que essas palavras se aproximam, por terem o mesmo hiperônimo, elas se opõem devido ao fato de expressarem propriedades diferentes. *Cão*, *lobo* e *raposa* são então equipolentes porque: 1) se opõem ao nomearem categorias distintas entre si; mas 2) também têm alguma identidade: serem canídeos. O mesmo vale para os dias da semana: *sábado* não tem como antônimo nenhum outro dia da semana específico, no entanto se opõe a todos eles e por isso é um dia diferente, ainda que compartilhe com todos os outros dias a propriedade de ser um dia da semana. Repetindo então: a oposição equipolente é a oposição existente entre co-hipônimos.

Até agora tratamos de nexos de significados de oposições lexicais. Inseridos no nível da sentença, esses nexos provocam outros nexos de oposição a exemplo da contradição, contrariedade, subcontrariedade etc. Aqui trataremos apenas da contradição e da contrariedade.

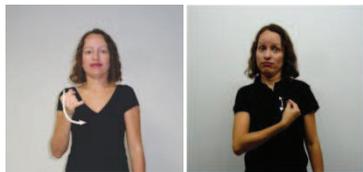
A **contradição** é o nexo entre duas sentenças que apresentam sentidos impossíveis de serem verdadeiros ou falsos simultaneamente. Este é o caso de (10a) e (10b) abaixo.

(10) a.



João está morto.

b.

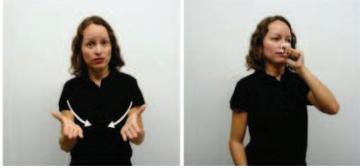


João está vivo.



*Morto e vivo*, como vimos, apresenta oposição entre si, mais precisamente a oposição contraditória, logo se João está morto João não está vivo, e vice-versa. Noutros termos, se for verdade que João está morto, é falso que João está vivo e vice-versa: ou a é verdadeira, ou b é verdadeira, as duas juntas não podem ser nem verdadeiras nem falsas. Como as duas não podem ser falsas juntas, necessariamente uma delas será verdadeira.

Analisemos agora o par em (11) em que *sábado* e *domingo* apresentam relação de oposição equipolente.

(11) a.   
Hoje é sábado.

b.   
Hoje é domingo.

Se a for verdadeira, b será falsa e se b for verdadeira, a será falsa. Mas veja um detalhe muito curioso: na **contrariedade** as duas sentenças não podem ser simultaneamente verdadeiras, apenas uma pode ser verdadeira, mas não há nada que impeça ambas de serem falsas. Compare: 1) duas sentenças contraditórias não podem ser simultaneamente falsas; mas 2) duas sentenças contrárias podem ser falsas ao mesmo tempo. Veja, por exemplo, que se hoje for segunda-feira, as duas sentenças em (11) são ambas falsas; o mesmo ocorre se hoje for terça, quarta, quinta ou sexta-feira. O mesmo padrão de valor de verdade de (11) vale para o par em (12) abaixo, pois que *bom* e *ruim* por apresentarem oposição gradual constroem uma escala de opções. Consulte a escala de oposição gradual acima e veja que um dia de chuva pode não ser bom nem ruim, por exemplo.

(12) a.



Dia de chuva é bom.

b.

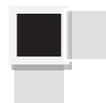


Dia de chuva é ruim.

Como você pode ver, os nexos de significados são muito interessantes e são procedimentos utilizados com muita naturalidade e frequência no dia a dia. Se você está propenso a se dizer “Pôxa, eu utilizava tudo isso sem saber!”, eu peço que não diga. Você, como nativo de sua(s) língua(s), sabe, sim, utilizar todos esses nexos de significado, às vezes com um pouco mais de desenvoltura, às vezes com um pouco menos, mas sabe. O que talvez você não soubesse ainda era explicitar/explicar esses nexos de significado que fazem parte da sua proficiência em sua(s) língua(s) mãe(s).

## REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Manual de semântica**. Petrópolis: Vozes, RJ: 2008.



# UNIDADE V

## PRESSUPOSIÇÃO

Imagine que eu tenho um amigo chamado Zé. Imagine também que hoje de manhã Zé me liga e nós temos o seguinte diálogo:

Zé: Fala, rapaz! Como tu estás?

Eu: Beleza, e tu?

Zé: Eu estou bem também. Ei, te liguei para contar a nova.

Eu: É mesmo? O quê?

Zé: João parou de fumar.

Eu: João parou de fumar? Quem te disse isso?

Zé: Parou. Ele me disse agora há pouco.

Eu: Rapaz, já ouvi essa história antes. Te garanto que João não parou de fumar.

Se João parou de fumar eu mudo meu nome.

Zé: O médico disse que se ele realmente não parasse de fumar, o tratamento não ia ter efeito nenhum e fazer químio só ia prejudicá-lo ainda mais.

Eu: Sabe, estou torcendo mesmo pra que ele tenha parado.

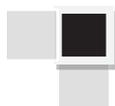
Zé: Eu também, cara. Então, vamos comemorar? João parou de fumar!

Eu: Viva! João parou de fumar! Hahaha!!!

Zé: Ei, acabou de chegar um cliente aqui, eu vou lá atender. Depois a gente se fala.

Eu: Tá certo. Abração!

A novidade posta em cena por Zé, “João parou de fumar.”, parece ser algo que tenha exigido bastante esforço de João, não é? Ok, tudo bem! Você pode discordar de mim de que parar de fumar tenha exigido muito esforço de João, pois você pode pensar ou saber, se você conhecer bem João, que ele de fato nunca nem teve a intenção de parar de fumar, apenas fazia de contas

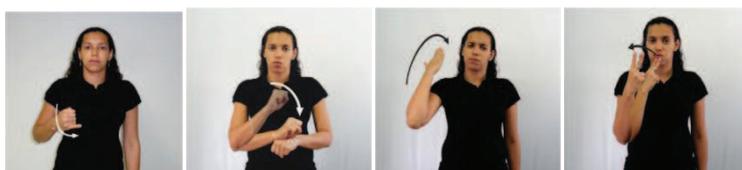


para agradar à esposa ou aos amigos. Mas um ponto de vista todos nós (Zé, eu e você) compartilhamos: João fumava. Observe, porém, que em nenhuma parte do diálogo nós encontramos a sentença 'João fumava.', ainda assim assumimos como verdadeira a informação de que João fumava.

Você pode argumentar que a informação de que João fumava não está explícita no diálogo, mas de alguma forma ela está lá, ou seja, você pode me dizer: "Ela está implícita.". E eu posso perguntar: "Como você sabe que essa informação está lá implícita?". Você pode não querer refletir sobre o assunto e me responder com "Ah, eu não sei. Mas está lá sim.", ou você pode refletir um pouco e me dizer "Eu sei por causa do verbo *parar*: é o verbo *parar* que mostra ou *ativa* essa informação implícita. Se que eu digo que alguém parou de fumar é porque essa pessoa fumava.". Bingo para você!

A informação implícita que, por meio de um ativador, é apresentada como sendo compartilhada e assumida como verdadeira em uma interação linguística é chamada, em semântica e em pragmática, de **pressuposto**. Um **ativador** de pressuposição é um elemento linguístico (afixo, palavra ou expressões em geral) que está presente no posto e coloca em cena, i.e., ativa, o pressuposto. Em complementaridade à noção de pressuposto existe a de **posto**, que é a informação expressa de forma explícita em uma sentença, ou simplificada, é a própria sentença enunciada. Assim sendo, no diálogo acima, (01) é o posto e (02) é o pressuposto. Ou, dito de outra forma, (01) é a informação posta e (02) é a informação pressuposta.

(01) João parou de fumar.



(02) João fumava.



Do diálogo acima podemos retirar as sentenças em (03) abaixo.

- (03) a. João parou de fumar. → (Afirmativa)  
b. João parou de fumar? → (Interrogativa)  
c. João não parou de fumar. → (Negativa)  
d. Se João parou de fumar eu mudo meu nome. →(Condicional)  
e. João parou de fumar! →(Exclamativa)

As sentenças elencadas em (03) formam o que se chama **família de sentenças**, que são as diversas formas gramaticais sob as quais uma relação predicativa pode apresentar-se. Veja que em (03) todos os elementos da família apresentam as mesmas relações predicativas internas: os mesmos eventos de parar e de fumar, e o mesmo participante, João. Cada um dos membros da família, no entanto, tem uma estrutura gramatical diferente, quais sejam: afirmativa, interrogativa, negativa, condicional e exclamativa<sup>52</sup>. O resultado das mesmas relações predicativas que uma família compartilha é que se uma sentença é pressuposto de um elemento da família, será igualmente pressuposto de toda a família. Se acima eu apresentei (02) como pressuposto de (01), agora podemos perceber que (02) é pressuposto de toda a família em (03), ou seja, a informação pressuposta é válida para qualquer membro da família, pois:

- a) 'João parou de fumar.' pressupõe 'João fumava.';  
b) 'João parou de fumar?' pressupõe 'João fumava.';  
c) 'João não parou de fumar.' pressupõe 'João fumava.';  
d) 'Se João parou de fumar eu mudo meu nome.' pressupõe 'João fumava.';  
e) 'João parou de fumar!' pressupõe 'João fumava.'.

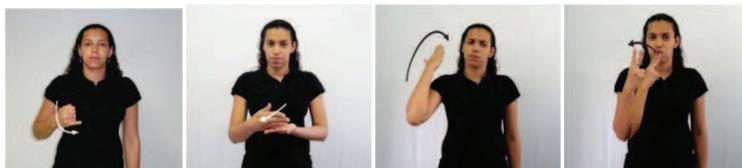
Poderíamos perguntar o porquê de cada membro da família ter uma estrutura gramatical diferente e ainda assim não apresentar pressupostos diferentes. A resposta é simples: em todos os membros o(s) ativador(es) permanece(m) o(s) mesmo(s). No caso da família em (03) o ativador

---

<sup>52</sup> A forma interrogativa negativa é outro membro da família: 'João não parou de fumar?'

*parar* está presente em todos os membros. Veja, porém, que as sentenças em (04) e (05) abaixo não pertencem à família em (03), ainda que a ela se assemelhem.

(04) João começou a fumar.



(05) João parou de nadar.

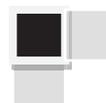


É fácil perceber o motivo pelo qual (04) e (05) não pertencem à família em (03): elas não são uma das diversas formas gramaticais sob as quais uma determinada relação predicativa pode se realizar. São relações predicativas diferentes que, por consequência, denotam eventos e/ou participantes diferentes: em (04) *começar* substitui *parar*, e em (05) *nadar* substitui *fumar*. Como, porém, tanto (04) quanto (05) têm ativadores de pressuposição, ambas apresentam pressupostos, que são respectivamente (06) e (07), pois: a) se João começou a fumar, pressupõe-se que João não fumava; e b) se João parou de nadar, pressupõe-se que João nadava.

(06) João não fumava.



(07) João nadava.



Por outro lado, um mesmo pressuposto pode pertencer a sentenças e famílias diferentes. O pressuposto em (02), por exemplo, pode pertencer à sentença em (08) abaixo e a sua respectiva família, pois é pressuposto que se alguém continua a fazer algo é porque tal alguém já fazia esse algo.

(08) João continua a fumar.



O fato de um pressuposto poder pertencer a mais de uma sentença, não implica que todo pressuposto pertença a mais de uma sentença. O pressuposto (02) pertence tanto a (01) quanto a (08), mas, como vimos, não pertence nem a (04) nem a (05).

É tão natural que um pressuposto valha não só para uma sentença mas sim para a toda a família, que, no diálogo com que abrimos este capítulo, o pressuposto ‘João fumava.’ funciona como um nexos entre os membros da família porque é ativado em cada parte do texto onde ocorre algum desses membros. Disso decorre que esse nexos funciona também como um dos elementos de coesão sobre os quais os interlocutores desenvolvem um diálogo a respeito do fato de João ter parado de fumar por assumirem como compartilhada a informação implícita de que João fumava. Um detalhe muito curioso é que se uma **informação é compartilhada** ela é do conhecimento pelo menos dos interlocutores, ou seja, é uma informação “velha”, uma informação conhecida.

No entanto, é bom evitar afirmar que o pressuposto é uma informação compartilhada, ou seja, velha. É melhor afirmar que o pressuposto é apresentado como uma informação assumida como compartilhada, porque há casos em que essa informação não é velha, isto é, não é do conhecimento de pelo menos um dos interlocutores. No entanto, ainda assim ela pode ser apresentada como se fosse compartilhada, esta é, por exemplo, uma estratégia comum do fofoqueiro.

Como a pressuposição é ativa por algum elemento linguístico, vejamos então uma breve lista de ativadores de pressuposição.

1) Verbos de mudança de estado (Verbos que indicam mudança/alternância de estado.): *parar, findar, começar, iniciar* etc.

(09) Posto: João parou de fumar.  
Pressuposto: João fumava.

2) Verbos de permanência de estado (Verbos que indicam permanência ou continuidade de estado.): *continuar, permanecer* etc.

(10) Posto: João continua/permanece fumando.  
Pressuposto: João fumava.

3) Verbos factivos (Verbos que indicam fatos.): *lamentar, saber* etc.

(11) Posto: Pedro sabe que João parou de fumar.  
Pressuposto: João parou de fumar.

4) Verbos implicativos (Verbos que indicam um evento/ação que dependem de outro evento/ação.): *conseguir – ter tentado; acordar – estar dormindo, fechar – estar aberto; abrir – estar fechado* etc.

(12) Posto: João conseguiu parar de fumar.  
Pressuposto: João tentou parar de fumar.

5) Iterativos (elementos que indicam repetição): *re-, de novo, novamente, outra vez* etc.

(13) Posto: João parou de fumar de novo.  
Pressuposto: João já tinha parado de fumar alguma vez.

6) Nomes próprios (Nomes que denotam entidades específicas): nomes de pessoas, instituições, lugares etc.

(14) Posto: João Pessoa é uma cidade arborizada.  
Pressuposto: Existe algo que seja João Pessoa.



7) Descrições de definidas (expressões que descrevem entidades): estruturas do tipo “Determinante (+ expressão adjetiva) + Substantivo (+ expressão adjetiva).

(15) Posto: O filho de Maria é alto.

Pressuposto: Existe alguém que é filho de Maria.

Pelos tipos de ativadores de pressuposição listados acima você deve ter reconhecido mais outra pressuposição presente em (01), (03), (04), (05) e (08): a pressuposição em (16) ativada pelo nome próprio *João*. Não é nada raro uma sentença apresentar mais de uma pressuposição. Às vezes elas apresentam uma quantidade relativamente grande de pressuposições.

(16) Existe um indivíduo chamado João.

Para finalizarmos, vamos nos centrar um pouco mais nas descrições definidas, que são estruturas do tipo “Determinante (+ expressão adjetiva) + Substantivo (+ expressão adjetiva), como podemos conferir no quadro abaixo.

SUJEITO				PREDICADO
DESCRIÇÃO DEFINIDA → SINTAGMA NOMINAL				SINTAGMA
DETERMINANTE	EXPRESSÃO ADJETIVA	SUBSTANTIVO	EXPRESSÃO ADJETIVA	VERBAL
O		rapaz		sorriu.
O	tímido	rapaz		sorriu.
O		rapaz	tímido	sorriu.
O	tímido	rapaz	franzino	sorriu.
O	tímido	rapaz	de azul	
O	tímido	rapaz	que estava falando com Maria	sorriu.

O quadro acima mostra-nos que as descrições definidas não têm uma estrutura muito rígida, apenas dois constituintes são essenciais: o determinante, comumente um artigo definido, e

o substantivo<sup>53</sup>. As expressões adjetivas são flexíveis não só no que diz respeito à posição e possibilidade de não ocorrerem, mas também no que tange à sua estrutura. Elas não têm estrutura fixa, pois podem se manifestar sob diferentes estruturas sintáticas desde que tenham função de adjetivo, no quadro acima: 1) os sintagmas adjetivais *tímido* e *franzino*; 2) o sintagma preposicional *de azul*; e 3) a oração subordinada adjetiva *que estava falando com Maria*.

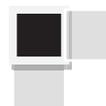
Como as descrições definidas e nomes próprios são ativadores de pressuposição dos quais nos valemos com muita frequência no nosso dia a dia, o uso de pressuposições é uma prática cotidiana. O pressuposto ativado pelas descrições definidas e pelos nomes próprios recebe um nome específico: **pressuposto de existência**. Esse nome decorre do fato de que somos levados a pressupor a existência das entidades que são nomeadas e/ou definidas pelos dois tipos de ativadores em questão. Não obstante, é preciso estar atento a um fato: quando usamos um nome próprio ou uma descrição definida não estamos atestando que algo ou alguém existe, estamos apenas pressupondo que esse algo ou alguém exista. Para de fato atestarmos a existência dessas entidades, precisamos olhar para o mundo, pois a língua não é um espelho do mundo, nem é usada apenas para se falar sobre entidades e eventos que realmente existem no mundo biofísico em que vivemos. Atestar a existência de entidades e eventos no mundo não é uma tarefa da semântica, mas sim da metafísica, da física, da biologia etc. Assim sendo, veja que (17) abaixo pressupõe, mas não atesta a existência de algum lobisomem. Para sabermos se ele existe, precisamos pesquisar no mundo (Em todo caso, eu espero que nunca nos deparemos com algum!).

(17) Maria viu o lobisomem semana passada.

A pressuposição é um fenômeno que muitos estudiosos assumem ser exclusivamente semântico, pois é ativado por uma marca linguística. Outros, no entanto, assumem que ela é um fenômeno de interface entre a semântica a pragmática pois pode ser pragmaticamente cancelada, dentre estes linguistas encontra-se Heronides M. de M. Moura (2000).

---

<sup>53</sup> Para alguns pesquisadores, uma descrição definida pode até mesmo se constituir de apenas um substantivo. Assim sendo, em 'Rapazes geralmente gostam de malhar.' pode-se reconhecer uma descrição definida: *rapazes*, que ativa o pressuposto "Existe algo que seja equivalente a rapazes."



Segundo Moura (2000) a pressuposição é dinâmica e podemos cancelar uma pressuposição por meio de algum encadeamento linguístico que façamos ao posto. Veja que (18) pressupõe (02), abaixo repetido; mas se a (18) encadearmos 'porque ele nunca fumou' temos (19), uma sentença cuja pressuposição foi cancelada.

(18) João não parou de fumar.

(02) João fumava.

(19) João não parou de fumar, porque ele nunca fumou.

Há muito mais coisas interessantes que podemos aprender a respeito da pressuposição. Inclusive sob a relevante abordagem da semântica argumentativa de Oswald Ducrot (1987), que trata a pressuposição como fonte de polifonia usada como instrumento de argumentação. Essa abordagem, no entanto, fica para estudos futuros se você tiver interesse em se aprofundar sobre o assunto. Não esqueçamos porém uma coisa: nossas interações linguísticas diárias não se desenvolvem apenas sobre informações novas, mas também se desenvolvem sobre informações assumidas como compartilhadas, sejam elas de fato compartilhadas ou não. Essas informações implícitas assumidas como compartilhadas que chamamos de pressupostos são, assim, uma das bases sobre as quais se desenvolve a interação linguística.

## REFERÊNCIAS

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

MOURA, Heronides M. de M. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 2000.

# UNIDADE VI

## ATOS DE FALA

Vimos, na introdução deste módulo, que é possível definir a semântica como o estudo do significado linguístico. Também vimos que a pragmática<sup>54</sup> é a ciência/disciplina que estuda o significado em uso, ou seja, o significado do falante. Mais precisamente, essa definição de pragmática quer dizer que tal disciplina se interessa pelo significado em situações reais ou virtuais de uso, isso implica então se tratar do significado que os falantes produzem e/ou reconhecem em uso, pois não existe uso sem falante.

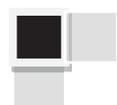
É importante termos em mente que para a pragmática *significado* não tem o mesmo significado que tem para a semântica. Apesar da sua soberba, Humpty Dumpty, de *Alice no país dos espelhos*, caminha por veredas pragmáticas ao afirmar que quando ele usa uma palavra ela significa exatamente o que ele quer que ela signifique, nem mais nem menos. A personagem peca pelo exagero, mas sua afirmação ecoa, em 1953, nas *Investigações filosóficas* do austríaco Ludwig Wittgenstein, que considerava que o significado de uma palavra era o seu uso. Essa definição é muito interessante, mas lembrando que a unidade de trabalho da pragmática é o enunciado, podemos dizer que o significado de um enunciado é o seu uso. Assim sendo, em pragmática *significado* significa “uso”; ou nos enquadrando na teoria dos atos de fala, podemos também dizer que *significado* significa “ação”. Colocando em prática a noção pragmática de significado, eu pergunto a você: qual o significado pragmático de (01) abaixo?

(01)



---

<sup>54</sup> Para conhecer um pouco da história da pragmática, consulte: ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.



O enunciado (01) pode significar várias coisas: pedido, reclamação, repreensão etc. Ou seja: o significado pragmático de (01) é cada um dos usos ou cada uma das ações que realizamos ao utilizar tal enunciado. Se eu usar o enunciado em tela para pedir uma informação a respeito das horas, esse enunciado significará um pedido; se nós usarmos o mesmo enunciado para reclamar do atraso de um ônibus, tal enunciado significará uma reclamação; e se um diretor usar o mesmo enunciado para repreender um subalterno que chegou atrasado, o mesmíssimo enunciado significará uma repreensão. Desse modo, fica claro que o significado pragmático é cada um dos usos que fazemos de um enunciado, ou, dito de outra forma, cada uma das ações de realizamos ao enunciarmos algo.

Diante do exposto, você já percebeu que o contexto extralinguístico é muito importante para a pragmática. Esse contexto envolve entidades como enunciado, enunciação, locutor, alocutário e interlocutores<sup>55</sup>. Além de variáveis como quem, quando, onde, por que, como etc. Como vimos no primeiro capítulo, o enunciado é a realização concreta de uma sentença/frase e a enunciação é o processo pelo qual uma sentença se transforma em um enunciado.

O locutor, ao seu turno, é aquele que produz um enunciado e por ele se responsabiliza, seja esse enunciado oral ou escrito. O alocutário é aquele para quem o locutor enuncia. Locutor e alocutário são interlocutores entre si.

O processo pragmático de produção de enunciados pode ser resumido da seguinte forma: com determinadas intenções interacionais em relação a seu alocutário (real ou virtual), o locutor produz um enunciado situado temporal e localmente.

O processo pragmático de interpretação (e análise) pode ser resumido da seguinte forma: o alocutário (ou analista) tenta identificar qual o significado de tal enunciado e para isso leva em consideração variáveis como o que foi enunciado, onde e quando ocorreu o enunciado, quem o enunciou e com que intenção o enunciou.

Tanto a produção quanto a interpretação e a análise podem parecer complicadas demais, no entanto são processos que realizamos de forma muito natural nas nossas interações cotidianas.

A pragmática, considerando esses processos, levantou uma série de questões muito interessantes para os estudos da linguagem. Esses estudos, vale ressaltar, eram inicialmente

---

<sup>55</sup> Existe também o enunciadador, que aqui não abordaremos apesar de se tratar de uma figura muito cara especialmente à semântica argumentativa.

realizados na filosofia (como sempre!), mais especificamente na filosofia da linguagem<sup>56</sup>. O grande momento, porém, que a pragmática fez-se reconhecer como fundamental à linguística foi no início dos estudos dos atos de fala, mais precisamente com a publicação de *How to do things with words*<sup>57</sup>, do britânico John Langshaw Austin, em 1962.

A **teoria dos atos de fala** afirma que quando nos comunicamos automaticamente realizamos diversos atos por meio da língua. Esses atos, vale enfatizar, não correspondem apenas aos atos de comunicar pensamentos e sentimentos ou descrever o mundo, são de diversos outros tipos a exemplo de convidar, ameaçar, declarar, pedir etc.

Austin não se deteve nas primeiras evidências e mostrou que cada enunciado não realiza apenas um ato específico, porém três atos articulados entre si: locucionário, ilocucionário e perlocucionário.

O **ato locucionário** é o ato de se dizer algo, de produzir uma locução, ou seja, o ato de produzir um enunciado. Por exemplo, é o ato de enunciar (02) abaixo.

(02) Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém!

O **ato ilocucionário** é a ação posta em cena por meio do ato locucionário, ou seja, a ação realizada ao enunciarmos algo. Por exemplo, ao enunciar (02) acima o locutor não realiza só o ato locucionário, que é ação de enunciar, realiza também um outro ato, o ilocucionário, que é a ação de batizar.

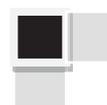
O **ato perlocucionário** é a consequência do ato ilocucionário. Por exemplo, ao enunciar (02) acima o locutor realiza os atos locucionário e ilocucionário já mencionados e como consequência deste segundo ato tem-se o ato perlocucionário de alguém tornar-se batizado.

Há, porém, algo muito parecido com o ato perlocucionário: o propósito ilocucionário. Como o ato perlocucionário é a consequência do ilocucionário, ele não depende exclusivamente do locutor. Quando, por exemplo, um assaltante ameaça a alguém, o propósito ilocucionário do assaltante, ou seja, seu objetivo, é deixar esse alguém amedrontado para que possa então roubar-lhe. Pode ser que esse alguém de fato fique amedrontado. No entanto, pode

---

<sup>56</sup> Para conhecer um pouco da história da Pragmática, consulte: ARMENGAUD, Françoise. (2006) **A pragmática**. São Paulo: Parábola.

<sup>57</sup> Traduzido sob o título *Quando dizer é fazer*.



ser que esse alguém, em vez de se sentir amedrontado, fique indignado e bata no assaltante. Nesta segunda situação o ato perlocucionário não é o ameaçado sentir-se amedrontado, mas sim o ameaçado bater no assaltante (Espero que nunca passemos por uma situação assim, mas caso ela aconteça não tente reagir ao assaltante!). O **propósito ilocucionário** é o que o locutor pretende causar no alocutário. No exemplo do assalto acima observe que o propósito ilocucionário é o mesmo se o alocutário sentir-se ou não ameaçado, mas o ato perlocucionário é diferente em uma reação e na outra.

Apesar de os três atos de fala realizarem-se de forma articulada, o ato ilocucionário, além de ser o eixo da teoria dos atos de fala, é o ato em função do qual os outros dois são originados, pois: 1) o ato locucionário existe para por em cena o ato ilocucionário; e 2) o ato perlocucionário existe como um produto do ato ilocucionário. O ato ilocucionário, vale ressaltar, não se realiza de forma aleatória, ele é fruto de uma força chamada de força ilocucionária. Essa força se faz reconhecível por meio de performativos, sejam eles explícitos ou não.

Um **performativo explícito**, ou direto, é um verbo que pode não só nomear uma ação mas também realizá-la. Um enunciado que tem um verbo performativo é chamado de enunciado performativo explícito. Esse verbo, no entanto, precisa estar na primeira pessoa (singular ou plural) do presente do indicativo, a exemplo de (02) acima e (03) abaixo.

(03) Eu prometo cumprir com a verdade.

Diferentemente, veja que ao se enunciar sentenças como (04) e (05) abaixo, não se está, simultaneamente à enunciação, prometendo algo nem fazendo um batismo, porque o verbo performativo não se encontra no tempo propício para realizar a ação: o presente. Ao se enunciar (04)–(07) abaixo, não se está, simultaneamente à enunciação, prometendo algo nem batizando alguém, porque: 1) em (04) e (05) o tempo não é o adequado para realizar a ação, presente do indicativo; e 2) em (06) e (07) a pessoa gramatical não é a adequada para realizar a ação, primeira singular (eu) ou plural (nós/a gente).

(04) Eu prometi/prometerei cumprir com a verdade

(05) Eu te batizei/batizarei em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém!

(06) Eles/vocês prometem cumprir com a verdade

(07) Ele te batiza em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém!

Podemos porém realizar promessas sem necessariamente usarmos as formas *eu prometo* ou *nós prometemos*. Enunciados que realizam promessas e outras ações de forma indireta, são chamados de **performativos implícitos** porque não têm nenhum verbo performativo.

Para realizarem atos, os enunciados performativos implícitos valem-se de diversos outros recursos, sejam linguísticos-discursivos sejam supraseguimentais. Espíndola (2010, p. 22) cita

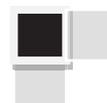
[...]o modo imperativo do verbo (*Devolva o dinheiro!* ao invés de *Eu ordeno que devolva o dinheiro.*); advérbios (*Você viajará amanhã sem falta!*) em que a locução adverbial *sem falta* aumenta a força do que fora enunciado; uso de certas partículas conectivas gera, de forma sutil, o efeito de um performativo (*portanto* com a força de *concluo que*, *contudo* com a força de *insisto que* etc.); recursos supra segumentais (tom de voz, ênfase em determinado segmento do enunciado etc.); recursos não verbais (gestos, sinais etc.) e as circunstâncias de proferimentos.

Veja uma aplicação de dois desses recursos na tirinha abaixo: o tom da voz do Calvin (gritos), e o uso de verbos no imperativo pela mãe do Calvin.



Folha de São Paulo, 23 de maio de 2004.

Ainda que de alguma forma todos os enunciados sejam performativos e assumamos que todo e qualquer enunciado apresenta os três atos de fala, não basta simplesmente enunciarmos



para realizarmos algo. É preciso que os enunciados atendam às chamadas **condições de felicidade**, que são as condições sob as quais a ação realizável pelo enunciado se realiza de fato, ou seja, são as condições sob as quais o enunciado obtém sucesso. Essas condições estão divididas em três grupos:

A.1 – Deve haver um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, que

A.2 – as pessoas e as circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.

B.1 – O procedimento tem de ser executado por todos os participantes, de modo correto e

B.2 – completo.

C.1 – Nos casos em que, com freqüência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,

C.2 – devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.

(AUSTIN, 1990, p. 131)

As condições de felicidade têm o propósito de nos mostrar que não basta usarmos performativos na primeira pessoa do presente do indicativo para sairmos por aí realizando os atos que eles nomeiam, é preciso que os enunciados ocorram nos contextos adequados. Um padre ao enunciar *Eu vos declaro marido e mulher* realiza de fato um casamento se e apenas se as circunstâncias, procedimentos e envolvidos forem adequados, pois não basta ser padre para realizar casamentos, outras condições precisam ser satisfeitas.

Veja, por exemplo, que um padre da igreja católica: 1) realiza casamentos em igrejas, praias, casas, mas não em motéis, porque neste caso as circunstâncias não seriam adequadas; 2)

não realiza casamentos sem consultar se os nubentes aceitam serem casados nem sem estes dizem o famoso *Sim* porque este seria um procedimento inadequado; nem 3) realiza casamento entre pessoas do mesmo sexo, porque o catolicismo exige que o casamento ocorra entre pessoas de sexos diferentes. Por outro lado, ainda que as circunstâncias, procedimentos e nubentes envolvidos sejam totalmente adequados ao casamento católico, eu não realizarei casamento algum se eu enunciar *Eu vos declaro marido e mulher* porque eu não sou uma pessoa adequada para realizar esse ato, já que não sou padre. Eu posso até me atrever a pronunciar o enunciado em questão quantas vezes eu quiser em alto e bom som, mas os nubentes não terão seu estado de casados reconhecidos pela igreja, e, pior ainda, os nubentes poderão, juntamente comigo, serem acusados de farsa.

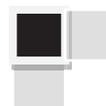
Quando se viola alguma ou algumas das condições de felicidade gera-se uma infelicidade, isto é, um insucesso. Esse insucesso pode ser uma falha ou um abuso. Uma falha ocorre quando se viola alguma(s) das condições A.1, A.2, B.1 e B.2. Todos os exemplos do parágrafo imediatamente acima constituem em falhas.

Um abuso, ao seu turno, ocorre quando se viola alguma ou as duas condições C.1 e C.2. Comete abuso, por exemplo, aqueles que se casam no catolicismo e não cumprem os votos de fidelidade. Comete abuso o padre que não respeita os votos de castidade. Comete abuso também quem promete algo e não cumpre. Comete abuso o advogado que não segue a lei. Comete abuso o político que não trabalha a favor do seu país. Ou seja, é muito comum as pessoas cometerem abusos, porque geralmente se “esquecem” de se conduzirem de maneira adequada após determinados atos. Veja que essa noção de abuso é tão curiosa que, se comprovado o abuso, o ato que ele viola pode ser desfeito: um casamento pode ser cancelado e padres, advogados e políticos podem ser destituídos de sua função (Pena que nestes três últimos casos as condições de felicidade não sejam muito respeitadas.).

Para finalizarmos este capítulo, é válido observamos que a assunção, por parte de Austin, de que há dois tipos de enunciados performativos implica em se reconhecer dois tipos de atos de fala: os diretos e os indiretos. Ambos foram pormenorizadamente estudados pelo estadunidense John Rogers Searle em *Speech Acts*<sup>58</sup>, de 1969.

---

<sup>58</sup> Obra traduzida sob o título *Atos de fala*.



Os atos de fala diretos são aqueles que se realizam de forma direta por meio de um performativo. Exemplos são o ato de prometer por meio do verbo *prometer*, em (03) acima, e o ato de batizar por meio do verbo *batizar*, em (02) também acima.

Os atos de fala indiretos são aqueles que não se realizam de forma direta. Eles se realizam por enunciados que não apresentam performativos e muitas vezes adquirem um significado diferente do seu significado literal. A proposta de Searle é que os atos de fala indiretos contém dois outros atos de fala: o primário e o secundário. (08) abaixo é um bom exemplo para explicitar essa questão.



(08)

Estou com sede.

Quando utiliza um enunciado como (08), você realmente quer apenas informar ao seu interlocutor que você está com sede? Sei que sua resposta foi *Não* (Dizem que semanticistas e pragmaticistas às vezes “advinham” pensamentos!). Comumente, quando produzimos enunciados do tipo de (08), mais do que informar a respeito da nossa sede, estamos fazendo um pedido (de água). Poderíamos realizar o mesmo pedido por meio do enunciado (09) abaixo. Essa possibilidade de usar (09) em lugar de (08), mostra-nos: 1) que (08) e (09) são pragmaticamente sinônimas, mas não são semanticamente sinônimas; e 2) que (08) não está sendo usada em seu sentido literal, mas (09) está.



(09)

Me dê água.

A conclusão a que chegamos então a respeito de (08) é que esse enunciado realiza dois atos ao mesmo tempo: 1) o ato de informar, que é um ato secundário, porque é o menos

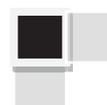
importante para o contexto; e 2) o ato de pedir (água), que é um ato primário, porque é o mais importante para o contexto, já que corresponde à real intenção do locutor. Assim sendo: como (08) não apresenta um performativo, realiza um ato de fala indireto, que se desdobra em dois outros: o primário, que é o ato mais importante porque corresponde à real intenção do locutor, e o secundário, que é o ato menos importante porque não corresponde à real intenção do locutor. Em um ato de fala indireto, o ato secundário é desencadeado pelo sentido literal/semântico do enunciado, e o ato primário é desencadeado pelo sentido não literal/pragmático.

Searle ficou curioso a respeito de como somos capazes de reconhecer um ato de fala indireto primário e disse que “A estratégia inferencial é estabelecer, primeiramente, que o propósito ilocucionário primário diverge do literal e, em segundo lugar, qual seja o propósito primário.” (p. 53). O estabelecimento do propósito ilocucionário dá-se baseado nos princípios da cooperação, que veremos no próximo capítulo, e da polidez.

O princípio da polidez mostra que nas mais diversas situações sociais cotidianas nos é exigido que a interação ocorra de forma mais polida. Como, no entanto, nem sempre as pessoas se sentem muito à vontade para usar (constantemente) expressões como *por favor* e por gentileza, elas preferem utilizar os atos de fala indiretos e assim, por exemplo, fazer pedidos de modo menos formal e dar ordens de modo menos autoritário. Se a Emy Winehouse estivesse viva e fosse a secretária do diretor de uma empresa e este lhe dissesse (10) abaixo, você teria dúvida de que, mas do que fazer um pedido, ele estaria dando uma ordem a ela?

(10) Srta. Winehouse, a senhorita pode fazer o relatório?

Precisaríamos de muito mais páginas pela frente para conhecermos de forma mais precisa os tratamentos dados aos atos de fala. Não obstante, com o conteúdo aqui apresentado você já tem plenas condições de seguir investigações sobre o tema. Por ora, peço que você analise (e divirta-se com) a tirinha abaixo. Observe que nela o humor é construído pela infelicidade dos atos ilocucionários do primeiro quadro: Hagar realiza diversos atos de fala que não atingem seus propósitos ilocucionários, pois o único ato perlocucionário que eles desencadeiam na Helga é a ordem que ela dá, ao então já cabisbaixo, viking.





Folha de São Paulo, 12 de outubro de 2000.

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].

ESPÍNDOLA, Lucienne. Pragmática da língua portuguesa. In: ALDRIGUE, Ana C. de Souza; LEITE, Jan Edson Rodrigues (orgs.). **Linguagens**: usos e reflexões. v. 6, João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.

SEARLE, John R. **Os actos de fala**. Coimbra: Livraria Almedina, 1984 [1969].

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. São Paulo: Abril, 1975[1957].



# UNIDADE VII

## MÁXIMAS CONVERSACIONAIS

Você gosta de cozinhar? Se sim, você pode achar a receita abaixo bastante fácil. Se não, você pode achar que a receita abaixo é complicada demais, pois, ao contrário das gelatinas de caixinha, os ingredientes não vêm já precisamente dosados em um pacotinho.

### **Bolo de abacaxi<sup>59</sup>**

Receita enviada por [João Paulo De Sousa Lima](#)

45min

1 porções

33 votos ([opine](#))

#### **Ingredientes**

##### **Massa:**

1 xícara de manteiga

1 xícara de açúcar

3 ovos

1 xícara de Maizena

1 xícara de farinha de trigo

2 colheres (chá) de fermento

1 pitada de sal

1 colher (chá) de essência de baunilha

½ xícara de leite

##### **Caramelo:**

4 colheres (sopa) de açúcar

1 lata de abacaxi em calda, em fatias

100g de ameixas pretas, sem caroços

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://tudogostoso.uol.com.br/receita/588-bolo-de-abacaxi.html>>. Último acesso: 22 abr. 2009.



**Modo de Preparo**

- 01 Bata a manteiga com o açúcar e os ovos até obter um creme esbranquiçado
- 02 Acrescente a Maisena, a farinha, o fermento, o sal e a essência de baunilha, alternado com o leite
- 03 Misture e reserve
- 04 Caramelize com o açúcar uma forma redonda grande
- 05 Arrume as fatias de abacaxi e coloque em cada orifício das rodela, uma ameixa
- 06 Despeje delicadamente a massa por cima
- 07 Leve ao forno médio, cerca de 45 minutos
- 08 Deixe esfriar um pouco e desenforme, virando sobre um prato

Receitas culinárias, receitas médicas, manuais de instruções, livros didáticos, códigos jurídicos são alguns gêneros textuais que comumente acreditamos serem pontais. Acreditamos que quem produz um texto nesses gêneros é um locutor muito cooperativo com o seu interlocutor, pois se não for: a receita pode dar errado, a montagem inadequada de um móvel ou brinquedo pode acabar por estragá-lo, o estado de saúde do paciente pode agravar-se, o aluno pode não saber o que um exercício solicita como resposta e um advogado pode perder uma causa como consequência de uma interpretação inadequada. O mundo talvez fosse melhor se esses problemas não acontecessem, mas eles acontecem. Mesmo em textos orais nos quais os interlocutores estão face a face e os mal-entendidos podem ser desfeitos na mesma hora em que surgem, é possível haver algum desencontro interpretativo entre os interlocutores em uma dada interação.

A partir do que eu expus no parágrafo acima, você pode começar a imaginar que a interação linguística é um caos, um cada-um-que-se-salve. Mas não é esse o real estado das nossas interações linguísticas. Quando estamos cognitivamente sãos e em estado de auto-controle, e queremos de fato nos comunicar com alguém, somos bastante cooperativos na produção dos nossos textos.

De forma geralmente muito intuitiva, além de nos certificarmos quem é nosso interlocutor (real ou virtual), “calculamos” qual o seu nível de conhecimento sobre o tema abordado, sobre a língua usada, sobre as formas de interação e até mesmo sobre os gêneros textuais. A partir dessas informações, produzimos nossos textos, orais ou escritos, focando um determinado tema,

evitando obscuridades, dosando a quantidade de informações e buscando apresentar evidências para o conteúdo exposto. Ao realizarmos esses procedimentos, estamos praticando a interação tomando como base o princípio da cooperação, um dos pontos fortes dos estudos pragmáticos.

O **princípio da cooperação**, desenvolvido pelo britânico filósofo da linguagem Herbert Paul Grice (1982, p. 86), é o princípio de rege a comunicação e postula que se “[...] Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado.”. O princípio em questão postula quatro categorias/grupos que colocam em cena algumas máximas para que a cooperação realize-se de forma adequada.

A **categoria da quantidade** diz respeito à quantidade de informações apresentadas em uma interação. Essa categoria fundamenta-se em duas máximas: “1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerido (para o propósito corrente da conversação). 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é requerido.” (Grice, 1982, p. 87).

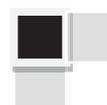
A **categoria da qualidade** diz respeito à veracidade do que é dito. Essa categoria também se fundamenta em duas máximas: “1. Não diga o que você acreditar ser falso. 2. Não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada” (Grice, 1982, p. 87).

A **categoria da relação** diz respeito ao tópico e foco da conversação. Tal categoria fundamenta-se em apenas uma máxima: “Seja relevante” (Grice, 1982, p. 87).

Por fim, a **categoria do modo** diz respeito aos modos pelos quais deve ficar claro o que se diz. Essa categoria fundamenta-se em quatro máximas: “1. Evite obscuridade de expressão. 2. Evite ambiguidades. 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária). 4. Seja ordenado” (Grice, 1982, p. 88).

Segundo Grice, quando se obedece às quatro categorias apresentadas, a comunicação dá-se de forma cooperativa. No entanto, como observa o próprio autor, nem sempre respeitamos tais categorias. Às vezes o desrespeito é intencional, outras vezes é involuntário. O desrespeito involuntário às máximas pode ser resultado da falta de habilidade textual, falta de conhecimento a respeito da situação de uso, desatenção, instabilidade emocional e diversos outros fatores.

Voltemos agora à receita com que iniciamos este capítulo. Ao analisá-la tomando como critério as máximas conversacionais, perceberemos que ela atende: 1) à máxima da relação, pois realmente trata da elaboração de um bolo de abacaxi; e 2) à máxima qualidade, pois nela só se diz o que se acredita ser verdade para que possamos produzir adequadamente o bolo em questão.



No entanto, no que diz respeito às máximas da quantidade e do modo, a receita ora analisada apresenta algumas falhas. A máxima da quantidade é ferida em dois pontos específicos: 1) quando se fala em forno mas não se diz qual o tipo de forno (De lenha? De fogão? Elétrico? Microondas?); e 2) quando se fala da medida “xícara” mas não se diz o tipo de xícara relevante (Xícara de chá ou de café?). Essas informações podem parecer irrelevantes para quem sabe cozinhar, mas para quem está apenas se aventurando pelo mundo da culinária informações desse tipo precisam ser completas. Para argumentar a favor do que acabei de dizer, veja que quando a medida “colher” é mencionada na receita, para evitar dúvidas, diz-se qual o tamanho da colher.

As falhas na máxima do modo, ao seu turno, são resultantes da vaguesa<sup>60</sup> presente na receita, que gera expressões obscuras para quem não tem bom conhecimento culinário. Exemplos dessas expressões vagas são *pitada* (Qual a quantidade de uma pitada de sal?), *esbranquiçado* (Esbranquiçado como o quê?), *grande* (Qual o tamanho de uma forma redonda grande?), *delicadamente* (Como se despeja uma massa delicadamente?), *médio* (Qual a temperatura de um forno médio?), *cerca de* (Quanto tempo é cerca de 45 minutos? 43 minutos? 48 minutos? 40 minutos?), *um pouco* (Quanto tempo leva para um bolo esfriar um pouco?).

Tendo observado as falhas nas máximas do quantidade e do modo, você sabe agora possíveis motivos pelos quais muitas vezes tentamos seguir uma receita a risca mas no final não conseguimos o resultado esperado. Analise outras receitas sob a perspectiva das máximas conversacionais e você perceberá problemas semelhantes.

Pensando agora em receitas médicas, você já se deu conta de que muitas vezes o médico escreve e/ou fala algo equivalente a *Tomar um comprimido três vezes ao dia nas principais refeições* e quando chega a hora de tomar o medicamento você fica em dúvida? Esse é um exemplo típico em que um médico fere na máxima da quantidade, pois ele acaba por não informar tudo que é necessário: falta informar se é antes, durante ou depois das principais refeições que o medicamento precisa ser tomado.

Outro exemplo muito comum de desrespeito não intencional às máximas é a fuga do tema em redações. Quem foge ao tema, fere a máxima da relação porque produz um texto sem relação/relevância com o tópico proposto.

---

<sup>60</sup> Tipo de variação de sentido estudada no capítulo II.

Há, no entanto, casos em que ferimos as máximas intencionalmente. Quando fazemos isso criamos uma **implicatura conversacional**, que é uma informação implícita decorrente da desobediência intencional a pelo menos uma máxima conversacional. Observe o diálogo abaixo entre namorado e namorada.

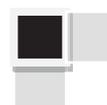
**DIÁLOGO**

Namorado:   
Aquela casa é boa.

Namorada:   
Você me ama?

Em princípio pode parecer que o diálogo acima não é o melhor exemplo de diálogo que se possa imaginar, pois o namorado fala sobre uma casa e a namorada fala sobre amor. No entanto, diálogos que, a exemplo desse, ferem a máxima da relação são comumente intencionais. Veja que em um contexto em que o casal de namorados está passeando, o namorado enuncia *Aquela casa é boa* e a namorada responde com *Você me ama?*, mais do que informar algo sobre uma casa, o namorado pode estar realizando um pedido de casamento, e a namorada, mais do que estar fazendo uma pergunta, pode estar estabelecendo uma condição para aceitar tal pedido.

Um exemplo muito comum de desrespeito intencional à máxima da relação é quando, tentando ser polidos, refutamos a um convite falando sobre outra coisa como se o convite não fosse o tópico da conversação. É exatamente isso o que acontece quando alguém propõe *Vamos ao cinema hoje!* e nós respondemos *Tenho que estudar para uma prova*. Em situações assim, mais do que realizarmos o ato de informar que temos de estudar para uma prova (ou de mentirmos que temos de estudar para uma prova), nós estamos realizando o ato de rejeitar o convite feito. Com esse procedimento, já que por delicadeza ou por covardia não preterimos claramente o



convite, deixamos a encargo do nosso interlocutor a tarefa de reconhecer a implicatura conversacional.

Para finalizarmos este capítulo, analisemos na charge abaixo outro uso estratégico das máximas conversacionais. Na charge, o interlocutor de Bento XVI considera, ou finge considerar, que o Papa está listando o que a Igreja Católica não aceita e, para polemizar, pergunta ao Papa se a pedofilia é aceita, já que, como sabemos, a Igreja muitas vezes tentou fazer vistas grossas no que diz respeito a padres pedófilos. Sabiamente, para se livrar da pergunta embaraçosa, o Papa Bento XVI solicita que seu interlocutor respeite a máxima da relação, i.e. não mude de assunto.



61

Diante do exposto, fica evidente a existência do princípio de cooperação e das máximas propostos por Grice. Fica evidente também que, de alguma forma, estamos atentos a tais máximas e, mesmo que inconscientemente, é comum tentarmos respeitá-las. Não obstante, há situações nas quais deliberadamente desobedecemos às máximas com o intuito de gerar implicaturas conversacionais por meio das quais realizamos atos de fala indiretos justificados, pelo menos supostamente, pelo princípio da polidez.

<sup>61</sup> Disponível em: <<http://colunistas.yahoo.net/posts/6080.html>>. Último acesso em: 01 nov. 2010.

Veja que para produzirmos um texto coerente e coeso precisamos estar atentos também às máximas conversacionais, independentemente de o texto ser oral ou escrito. Desrespeitar as máximas, vale lembrar, constitui-se um problema textual apenas quando não é intencional nem bem elaborado. Quando é intencional e bem elaborado o desrespeito às máximas torna-se um dos recursos para a produção de textos criativos e eficientes. A criatividade e a eficiência textual, vale lembrar, não é um “dom” exclusivo de chargistas, propagandistas e literatos, é um “dom” de todo ser humano. No nosso dia a dia os textos geralmente são muito criativos e eficientes, prova disso é que todos os dias produzimos textos novos (orais ou escritos) e geralmente conseguimos estabelecer interações satisfatórias. Assim sendo, convido você, nas suas próximas produções textuais, a usar de forma consciente das máximas conversacionais.

Ao findarmos este capítulo, findamos também o módulo de semântica e pragmática. Os conteúdos das duas disciplinas, como você deve ter percebido, ora se aproximam ora se afastam. Contudo, mesmo quando há afastamento, nunca é total, pois o interesse das duas disciplinas é o significado: o significado linguístico para semântica e o significado do uso para a pragmática. Findamos aqui o módulo de semântica e pragmática, mas os estudos do significado continuam sendo campos profícuos para todos que neles queiram investir.

## REFERÊNCIA

GRICE, Herbert Paul. Lógica e conversação. In: DASCAL, M (1982). **Fundamentos metodológicos da linguística** – v. IV: Pragmática. Campinas.

